

The background image shows the interior of a traditional wooden structure, likely a house or a ceremonial space. The ceiling is made of numerous wooden beams arranged in a star-like pattern, radiating from a central point. The floor is constructed from woven wooden strips, creating a textured, geometric pattern. The lighting is warm and natural, highlighting the textures of the wood.

Aragwaksã

Plano de Gestão Territorial do
POVO PATAXÓ
de Barra Velha e Águas Belas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
José Eduardo Martins Cardozo

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
Marta Maria do Amaral Azevedo

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL
Aluisio Ladeira Azanha

COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL
Thais Dias Gonçalves

COORDENAÇÃO DO PROJETO 914BRA4008 FUNAI/UNESCO
Leila Silvia Burger Sotto-Maior

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Maria Augusta Boulitreau Assirati

COORDENAÇÃO GERAL DE PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO
Lylia da Silva Guedes Galetti

COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL
Jaime Garcia Siqueira Junior

Aragwaksã

Plano de Gestão Territorial do Povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas



Brasília - DF
2012



A experiência contida neste livro ocorreu sob iniciativa da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) em conjunto com a Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento (CGETNO) e Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), no âmbito do Convênio Funai/UNESCO PRODOC 914BRA4008 FUNAI/UNESCO, “Impactos do Desenvolvimento e Salvaguarda de Comunidades Indígenas”.

Organização, Texto e Assessoria: Thiago Mota Cardoso, Lilian Bulbarelli Parra, Graziella Reis de Sant’Ana e Maíra Bueno Pinheiro

Revisão: Anari Braz Bomfim e Juari Braz Bomfim

Equipe de Apoio:

Marcos Braz Alves, Zezito Ferreira dos Santos, Marilton Paulo Meneses da Silva, José Valmir de Oliveira, Dilthey Barreiros Sales, Gabriel Silva Pedrazzani, Antônio Roberto Achel, Angela Sacchi, Aislan Vieira de Melo (Antropólogo, Voluntário), Clara Ferrari.

Mapas: Lilian Bulbarelli Parra

Fotos: Lilian Bulbarelli Parra, Thiago Mota Cardoso, Maíra Bueno Pinheiro e Graziella Reis Sant’Ana

Diagrama de paisagem, p. 42: Renato Trivella

Grafismo Pataxó: extraído do livro LEITURAS Pataxó: raízes e vivências do povo Pataxó nas escolas. Salvador: MEC /FNDE / SEC / SUDEB , 2005.

Catálogo: Cleide de Albuquerque Moreira – CRB 1100

Projeto Gráfico/Editoração: Marli Moura/CGGE/DAGES

Apoio: GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Dados Internacionais de Catalogação
Biblioteca “Curt Nimuendaju”

Cardoso, Thiago Mota; Pinheiro, Maíra Bueno(Orgs.).

Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas.
- Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM,
2012.

109p. Ilust.

ISBN: 978-85-7546-035-1

1. Pataxó 2. Gestão Ambiental 3. Gestão Territorial 3. Terras Indígenas 4. Impacto Ambiental 5. Sustentabilidade 6. Recursos Naturais 7. Etnodesenvolvimento I. Título

CDU: 572.95(814.2P94):502

Fundação Nacional do Índio - FUNAI

SEPS 702/902 - Ed. Lex

70390-025 Brasília-DF

www.funai.gov.br

Elaboração dos Etnomapas e do Plano de Gestão:

Jovino Braz Machado, Vivaldo Pires do Nascimento, Edvaldo de Jesus, Osiel Santana Ferreira, Alfredo Santana Ferreira, Adilson Santana, Manuel Braz, Ubiratan dos Santos, Augusto Conceição Braz, Jocenildo Brito, Juliana da Conceição Santana, Matias Santana da Conceição, Manoel Santana Reginaldo da Conceição, Neris Bomfim, Gildo de Oliveira, Benedita, Patxyo Pataxó, Alexandro Nunes, Romário Farias do Nascimento, José Carlos de Oliveira, Marilton da Cruz, Itucuri Santos Santana, Ornemilton Ferreira, Benedito Araújo, Ana Alice Alves, Josemilton Oliveira Brito, Cacilda Máximo Pinheiro, Alvair Pataxó, Adailton Braz, Jurandir de Souza, Edimarcos Santana, Benedito Francisco, Maria Conceição do Nascimento, José Filho, Arnaldo de Oliveira, Xarrú Pataxó, Valni do Nascimento, Romildo Alves dos Santos, Neilton Braz Vieira, Antônio de Jesus, Ismael Souza, Antônio Santana Ferreira, Benedito Araújo, Geiji Pato do Nascimento, Jackson Braz, Palmiro Ferreira dos Santos, Elimar Conceição, Romerildo da Conceição Braz, Sirlândia Santana Braz, Sebastião de Souza, Dinaildes dos Santos Braz, Dinamá Conceição Braz, Pedro dos Santos, Edna dos Anjos, Clézio dos Santos Ferreira, Ema Brito Conceição, Juceliane Braz dos Santos, Ana Paula Ferreira dos Anjos, Gilcélia Braz dos Santos, Gilmar Conceição dos Anjos, Gilberto Braz da Conceição, Inaiá Braz dos Santos, Taymara Alves dos Santos, Catiane Braz Borges, Hézio dos Santos Alves, Aurenilton da Conceição Braz, Junior Borges da Silva, Henágio Braz dos Santos, Renato Vieira Porto, Waldy Lima Vieira Filho, Iraty Nascimento Ferreira, Leandro Braz dos Santos, Maurício Borges Couto, Aguiimária Conceição Braz, Palia da Conceição Braz dos Santos, Uilding Cristiano Braz, Gerenilson Alves da Conceição, Graziane Andrade Conceição, Mariana Conceição de Jesus, Benedito Alves da Conceição, Evanildo Oliveira, Valtenor Nascimento, Lenira Araújo de Oliveira, Telma Souza, Thiago de Jesus, Leliane Braz Britto, Domingos Braz, Wilson, José Braga dos Santos, Sinalda Ressureição Braz, Valdecir da Silva, Valmir Souza, Evaldo Silva, Domingos Braga, Aivaldo Ribeiro de Souza, Antônio José Ribeiro de Souza, Rogério Fonseca, Alex Santos Oliveira, Domingos Braz, Evanildo Ressureição Braz, Mateus Ressureição Braz, Zico Braz, Sebastião Santos, Lindamares Almeida Souza, Jutai Sena, Cristiane

Braz Ribeiro, Josival Ferreira de Almeida, Benedita, Ressureição Braz, Osvaldo Conceição Braz, Ana Lúcia Braz, Nailton de Cruz, Indinara Braz de Souza, Evani Pereira Cardoso, Desdina Braz da Conceição, Anari Braz de Souza, José Raimundo Souza, Ziel Braz dos Santos, Aloizio Ribeiro, Osvaldo, Pedro de Jesus Braz, Claudionor dos Santos, Uiran Santos, Jacileide Santos de Oliveira, Ruth Santos, Aritan Santana, José Conceição, Maria Dejanilson de Jesus, Ronaldo, Sidnei Conceição dos Santos, Edinalda Guedes, Luzia de Jesus dos Santos, Camila de Jesus, Joseane dos Santos, Zenizen Santos, Osvaldo Ferreira dos Santos, Ari Santos, Acacio Bomfim da Silva, Sirlei Silva, Jocélia dos Santos, Dersivaldo de Jesus, Anastaciana da Conceição, Adilson Santana, Olavio Manuel dos Santos, Marcos Cruz dos Santos, Lourival Ferreira de Jesus, Mario da Conceição Braz, Rosa Braz, Mario Rita do Espirito Santo, Aleidivaldo Ramos, Jucimara Souza dos Santos, Antônio Conceição dos Santos, Cosmedamião Braz, Renato da Silva Santos, Edinalucia Silva Santos, Dione da Silva, Aeldo Braz de Araújo, João Campelo, Almir Braz de Jesus, Antônio de Araújo, Maria da Conceição Braz, Josenildo de Oliveira Braz, Pedro de Jesus Braz, Benedita Braz da Neves, Vilma da Conceição Braúna, Valdiran Braz Brito, Edinor Sabino de Souza, Girlan Meireles Brito, Atelino Braz de Jesus, Gil Maximo Alves dos Santos, Elivan Monteiro Braz, Inglis Sales, João Alves dos Santos, Valdecir Maria dos Santos, Noéloa Abade dos Santos, Zenildo Braz, Francidivalda dos Santos Pinheiro, Roselita Alves dos Santos, Reginaldo Jesus Pinheiro, Sueli Braz de Jesus, Mauireia Braz de Jesus, Urumã Pataxó, Daiane Bomfim dos Santos, Ariane Pinheiro da Silva Santana, Tapurumã Pataxó, Antônio Marcos, Maria D'Ajuda Braz, Ivana Bomfim Braz, Tohō Pataxó, Altenides Braz, Nawy Pataxó, Airi da Silva Ferreira, Edivaldo de Jesus, Francisco Braz, Sônia Aparecida de Oliveira, Ana Reis Braz da Conceição, Mara Braz Santos, Arildo Ressureição Braz, Raimundo Ressureição Braz, Nice Alves Conceição, Josiane de Oliveira Braz, Oleriana Braz dos Santos, Mario de Oliveira, Geicivalda Braz, Jelciara Braz dos Santos, Valdir Santos, Benedito Braz dos Santos, Alex Braz, João Braz, Otelino Braz de Jesus, Ednaldo Braz, Waldivio Pereira Jardim, Adroaldo da Conceição Braz, José Eris Brito, Gentil Braz dos Santos, Paulo Sérgio Oliveira, João Almeida, Adelson Ferreira Santos, Roque Rodrigues, Vitoria Pereira Neves, Lourivaldo Santos de Jesus, Ivani Silva, Sebastião de Oliveira, Deijanira Correia, Josenete Santos Souza, Pajé de Barra Velha, Valter Braz, Maria Conceição, Wanderlei Alves Rodrigues, Alaide Ferreira Santana, Abraão Oliveira, Arivaldo dos Santos Conceição, José Carlos Braúna de Oliveira, Fátima Braúna de Oliveira, Ananias Alves, Valcy, Esmeraldo Ferreira, Vanusa da Conceição Oliveira, Ailton Alves dos Santos, Nelvilma Malaquias Costa, Rosângela Malaquias Costa, Romana Malaquias Menezes, José Santos, Benedita Almeida, Irenildo da Conceição Oliveira, Arivaldo da Silva Braúna, Dário Cruz de Almeida, Valmir Braz, Eriane Braz de Jesus, Marinalva dos Santos Rocha, Coquima da Conceição Braz, Júlia Pereira dos Santos, Luiza dos Santos Rocha, Michelle Bomfim dos Santos, Alex, Maria Pinheiro, Samuel Pataxó, Nilzo Bomfim dos Santos, Marineis Pereira dos Santos, Gilberto Santana Ferreira, Rafael Ferreira, Joelio Almeida Braz, Nawy Pataxó, Putumujú Pataxó.



SUMÁRIO

07	APRESENTAÇÃO
09	INTRODUÇÃO
12	OBJETIVOS DO PLANO ARAGWAKSÃ
13	NOSSA CAMINHADA
23	O POVO PATAXÓ DE BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS
27	A CONQUISTA DA TERRA PATAXÓ
35	CONHECENDO O TERRITÓRIO
43	OS AMBIENTES E SEUS USOS
69	PLANO DE GESTÃO
101	DICIONÁRIO PATXÔHÃ PARA GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL
103	MAPAS DAS TERRAS INDÍGENAS BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS



Pataxó muká mukaí

*Pataxó muká, mukaí
Muká, mukaí
Pataxó mayõ werimehe,
Mayõ werimehe
Ertõ, ertõ ertõ pataxó
Kotê kawi suniatá heruê
Heruê, ê ê, heruê, heruê*

Autor: Matalawê Pataxó





APRESENTAÇÃO

Aragwaksã é a conquista da terra, é o que todos os mais velhos vêm sonhando há muito tempo, ter a terra em nossas mãos. Também é o nosso sonho. Os mais velhos lutaram e agora nós estamos aqui e queremos conquistar o que é nosso, por isso o documento, por isso este plano.

O plano de gestão é a conquista da terra, é boa educação, é boa saúde, é trabalho. No plano a gente pensa na água pura, na floresta viva, nos pássaros, é um meio da gente estar revivendo o que foi destruído no passado, é uma nova vida.

Na época dos guerreiros Pataxó nós conseguimos muito, e hoje estamos em outra luta, e nós vamos vencer no que queremos. Acreditamos que o plano para o território é um grande sucesso, pois é união, onde faremos o que é nosso, buscando a força do espírito da floresta, o poder espiritual de onde vai nascer todo o conhecimento para levar o plano a conquistar o que os nossos velhos lutaram.

O plano é o que pensamos e colocaremos em prática, o que os velhos sonharam, uma conquista daqui para frente, para os nossos jovens, para as nossas crianças.

O plano é nosso, hoje temos o nosso plano, ninguém amanhã ou depois poderá colocar ou fazer o plano para nós. Daqui para frente alcançaremos novos espaços em cima do plano, pois antes tínhamos só a fala, hoje temos a fala e o papel, e trabalharemos com ele, avançaremos com ele.

Esta conquista é nossa, esta conquista é Pataxó!

Caciques e Lideranças Pataxó de Barra Velha e Águas Belas



INTRODUÇÃO

A construção do Plano de Gestão Territorial Pataxó Aragwaksã, de forma intercultural, foi uma inovação no campo da política ambiental e indigenista para o povo Pataxó, nas Terras Indígenas Barra Velha e Águas Belas, assim como ainda é uma novidade para muitos outros povos indígenas no Brasil.

Ao longo de quatro anos o *Aragwaksã* foi cuidadosamente pensado, elaborado e construído, em meio a muitos estudos conjuntos, conversas, trocas de experiências, dúvidas, críticas e reelaborações, momentos em que os Pataxó tomaram para si a condução do processo, inicialmente estimulado por ações dos órgãos indigenistas e ambientais no âmbito federal.

A proposta da construção de um plano de gestão territorial surgiu a partir da realização do etnomapeamento e do estudo etnoecológico dos territórios de Barra Velha e Águas Belas, que buscou compreender, através de diversos grupos de trabalho em cada aldeia, a forma que os Pataxó denominam os ambientes, conhecem e os manejam, indicando os principais problemas socioambientais que os desafiam. A partir dessas iniciativas foram definidas ações buscando construir um projeto de “futuro” para as Terras Indígenas, no sentido mais amplo do termo. É importante dizer que os territórios em questão vêm sofrendo invasões e pressões fundiárias há décadas e desde os anos 40 foi criado um parque nacional no território pataxó, o Parque Nacional do Monte Pascoal. Com a retomada do território em 1999 houve maior esforços dos Pataxó em estabelecer as pautas de gestão destes espaços.

Tal ação de salvaguarda se inseriu num cenário político que inclui, sobretudo, as discussões em torno da elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em terras indígenas, a PNGATI, , ainda não sancionada, política que procurará desenvolver ações com foco na proteção e recuperação dos recursos naturais, bem como promover as práticas sustentáveis nesses territórios, tendo em vista o bem-estar físico e cultural dos povos indígenas.

Para os Pataxó, e para a equipe técnica envolvida, todo o processo de elaboração do *Aragwaksã* foi não só um aprendizado ímpar, mas um evento de grande responsabilidade e compromisso. De início, havia muitas dúvidas e diferentes concepções de todos sobre o que seria um plano de gestão territorial: ora era pensado como um “balcão de projetos”, ora concebido apenas como mais um “punhado de papel” sem possibilidades reais de concretização, ora se apresentava como um “documento de reivindicações”. Ao longo dos encontros, a ideia de um plano de gestão territorial foi sendo melhor apropriada, desenhada e concebida pelos Pataxó, alcançando, na versão final, uma formatação baseada num conjunto amplo de problemáticas, ações e parcerias, dentre outros aspectos que compõem o contexto vivido e almejado pelo grupo, unindo sob a agência indígena, conhecimentos e modos tradicionais de administração do território a ferramentas de gestão com bases técnicas.

Pensar em gestão territorial é pensar na gerência plena de um território em todos os aspectos que o constitui: sociais, ambientais, políticos, culturais e econômicos. É pensar e viabilizar a destinação dos espaços para os diferentes usos; é manejar os ecossistemas a partir de conhecimentos específicos; é proteger as aldeias; é manifestar as tradições; é realizar os rituais; é a concepção cosmológica do espaço, das relações políticas e de parentesco. Entretanto, novos fatores vêm, ao longo dos tempos, compondo, transformando e interferindo na gerência indígena de seus territórios, como é o caso da invasão de suas terras, das diferentes formas de relação com outros atores não indígenas, das inúmeras violências praticadas contra as comunidades.

Nesse processo reflexivo e construtivo, participaram lideranças, mulheres, homens, jovens, idosos, professores, agentes de saúde, rezadores, conhecedores da medicina tradicional, artesãs, enfim, um leque representativo da sociedade deu a tônica ao processo, propiciando assim uma multiplicidade de temas, assim como uma maior riqueza, absorção e abrangência do *Aragwaksã*. Soma-se a isso, a importante mobilização ocorrida entre as aldeias que compõem as duas Terras Indígenas, ampliando as trocas, as parcerias, a comunicação e o planejamento conjunto.

Destaca-se que, como os próprios Pataxó ressaltaram, o *Aragwaksã* não é um plano acabado ou finalizado, mas ao contrário, o plano tem vida, é como a cultura. E, como tal, é dinâmico, poderá ser modificado, repensado, acrescentado, em vistas dos acontecimentos vividos, das experiências acumuladas, dos novos desafios, da roda da história.

O plano vem contribuir com a luta que o povo Pataxó vem empreendendo na revisão dos limites da Terra Indígena Barra Velha e de sua vizinha contígua, a Terra Indígena Cahy-Pequi (ou Comexatiba), aliás, o próprio nome do plano indica para este direcionamento, visto que, nas palavras dos Pataxó: *“Aragwaksã é a conquista da terra, é o que todos os mais velhos vêm sonhando há muito tempo, ter a terra em nossas mãos, por isso o documento, por isso este plano”*.

A presente obra objetiva expor todo o processo de elaboração do plano *Aragwaksã*, bem como seus resultados na íntegra, servindo como uma forma de difundir a experiência para o próprio povo Pataxó, bem como para outros povos que, juntamente com seus parceiros, tenham intento de iniciar um processo de gestão territorial intercultural.



Objetivos do Plano Aragwaksã

- Administrar o território
- Sustentabilidade
- Autonomia
- Fortalecimento da cultura
- Defesa do território
- Respeito
- Compromisso de cada aldeia
- Cumprimento de metas
- Vida digna
- Estruturar o território
- Demandas para setores de governo
- Importante para o planejamento
- Garantia de direitos indígenas
- Demarcação do território
- Ser um instrumento para o futuro
- Atingir filhos e netos



Nossa caminhada

A experiência de gestão territorial e ambiental de Barra Velha e Águas Belas envolveu dois momentos de trabalho com os Pataxó. A primeira fase envolveu a elaboração de etnomapas¹, ou seja, mapas produzidos pelos Pataxó contendo os nomes dos ambientes, como os recursos estão distribuídos e são utilizados, e os problemas e os projetos no território. Após a realização dos etnomapas e de debates em torno do uso do ambiente e do território, foram levantados os diversos temas que orientaram as discussões sobre gestão, e assim foi dado início à elaboração do Plano de Gestão Territorial *Aragwaksã*.

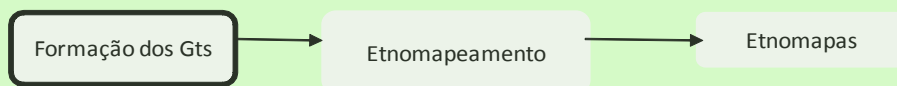
¹O etnomapeamento foi realizado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Compartilhada do Parque Nacional Monte Pascoal, firmado entre os Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, o Ibama e a Funai. As ações foram desenvolvidas no âmbito do Projeto UTF 047- Subprojeto 03, recurso advindo do Ministério do Meio Ambiente e da FAO.



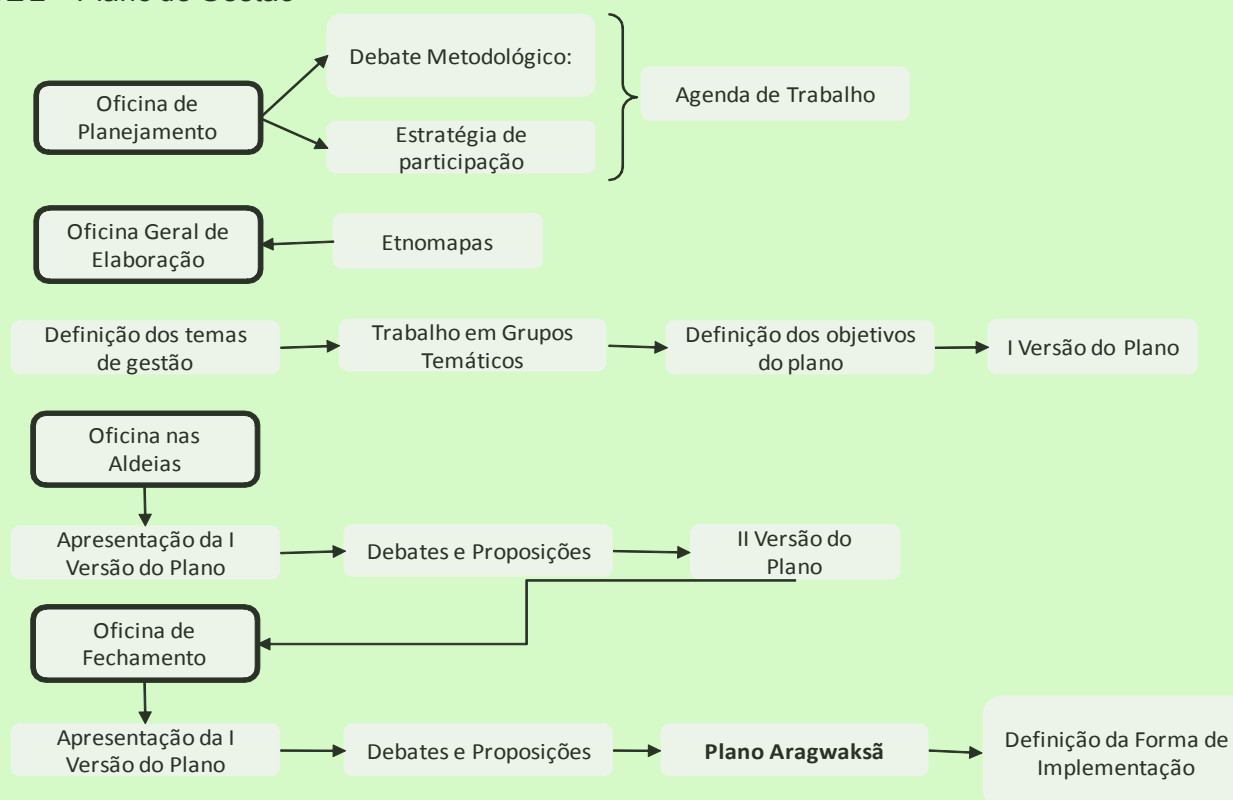


FASES DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ARAGWAKSÃ

FASE 1 - Etnomapeamento



FASE 2 – Plano de Gestão



O etnomapeamento foi realizado nas aldeias situadas nas Terras Indígenas Barra Velha e Águas Belas, durante os meses de maio de 2008 e março de 2009.

A metodologia adotada visou aliar etnografia com ferramentas participativas que permitissem o *diálogo de saberes* com os Pataxó. Foi escolhida uma metodologia para levantar as características dos ambientes e das atividades produtivas nas aldeias, bem como realizar um diálogo coletivo frutífero com cada grupo de trabalho formado. Consideramos que o objetivo básico da metodologia foi o de fornecer uma ferramenta prática e flexível para o diálogo entre os conhecimentos indígena e técnico, na interface étnica/ambiental em Terras Indígenas. Combinados com tecnologias, como os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), os métodos de pesquisa participativa geram um novo horizonte de produção e uso dos mapas.

O *diálogo de saberes* se realiza quando se considera os Pataxó como portadores de conhecimentos diferenciados dos conhecimentos científicos não indígenas, porém, tratados como simétricos em termos de alcance, aprofundamento e aplicabilidade teórica e prática. Em suma, os conhecimentos técnicos sobre agroecologia, ecologia e geografia trazidos pelos técnicos, foram postos em diálogo com os intelectuais indígenas, portadores de teorias sobre o mundo e conhecedores das matas, dos mangues, das águas e dos campos agrícolas onde habitam, compondo o conjunto da ciência Pataxó.

A primeira visita aos territórios Pataxó foi destinada à apresentação dos objetivos e da metodologia do etnomapeamento, reconhecimento prévio da área e definição (juntamente com os representantes indígenas) da logística para a realização dos trabalhos. Assim, foi possível que cada grupo preparasse um roteiro da pesquisa de campo, definindo o tempo necessário para a realização do trabalho em cada aldeia e as questões a serem trabalhadas, bem como os mapas a serem utilizados.

A formação de grupos de trabalho de cada aldeia, envolvendo a participação de pessoas particularmente informadas e/ou interessadas, foi um fator motivador da troca de informações e proposições durante o etnomapeamento e de tomada de decisões sobre os rumos dos trabalhos de etnomapeamento e etnozoneamento.

Foram utilizadas cinco técnicas de mapeamento para a realização do trabalho: i) etnomapas; ii) zoneamento; iii) mapas temáticos a partir de imagem de satélite; iv) caminhada guiada e v) análise em SIG.. Em síntese, realizamos o seguinte roteiro em campo:



- Com os GTs reunidos, foi apresentada uma proposta de atividade e esclarecidos seu intuito e possíveis dúvidas a respeito do material utilizado;
- Iniciados os trabalhos, os grupos de trabalho se debruçaram na confecção dos etnomapas de forma livre. Nesse momento, os grupos escolheram algumas pessoas que passaram a desenhar em papel metro, sob orientação do grupo, os elementos da paisagem e os lugares. O papel dos técnicos foi o de facilitação, motivação e resolução de dúvidas sobre o método. Após produção do etnomapa, foi incentivada pelos técnicos a espacialização da projeção que tinham quanto ao uso futuro do território, o zoneamento;
- O zoneamento prevê uma análise das formas “tradicionais” de gestão utilizadas por populações indígenas para definir o arranjo ambiental e territorial de suas terras. Esta atividade foi realizada durante as oficinas com representantes de cada GT das aldeias. No zoneamento a equipe incentivou os participantes a inserirem no mapa as áreas projetadas localmente para realização de atividades produtivas ou de conservação ambiental. Foram inseridas áreas a serem recuperadas, áreas de agricultura familiar e agrofloresta, áreas de pastagem e áreas de coleta. Em terras indígenas é de fundamental importância que o zoneamento esteja baseado nas perspectivas locais, não externas, e que sua aplicabilidade seja prevista em curto, médio e longo prazos, podendo ser continuamente adaptado às novas realidades e propostas. O zoneamento que foi proposto está embasado nos usos cotidianos dos Pataxó sobre seus territórios, nas formas locais de organização social e fundiária e em projetos em andamento e em projeção pelos indígenas, não possuindo a mesma lógica técnica dos Zoneamentos Econômicos-Ecológicos.
- Logo após a construção do etnomapa, iniciou-se a transposição das informações numa imagem de satélite adquirida gratuitamente no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Primeiramente foram feitas explicações sobre leitura dos mapas e, utilizando uma transparência sobre a imagem, as informações foram espacializadas e foram acrescentados novos dados, na medida em que os participantes Pataxó percebiam elementos da paisagem não registrados anteriormente no etnomapa.
- Durante a permanência nas aldeias a equipe foi guiada por algumas pessoas indicadas para conduzi-los em caminhadas pela área. Neste momento, foram registradas com fotografias e com pontos de referência do *Global Positioning*



System (GPS) informações sobre os ambientes, espaços agrícolas e lugares, perfazendo a heterogeneidade espacial das aldeias. As caminhadas são recursos fundamentais para conhecer o território, a fim de saber da história de cada lugar, as formas de ocupação do território, os nomes e descrições de cada paisagem, as formas de manejo, espécies utilizadas, projetos e impactos na área;

- A equipe teve acesso a um mapa produzido pelo Sr. Manoel Santana, um grande intelectual e liderança Pataxó. Este precioso mapa foi de fundamental importância para a compreensão da história e nomes dos lugares no território. Além disso, os diálogos travados com os mais idosos foram importantes momentos de trocas referentes às questões biológicas, geográficas, históricas e agrônômicas a ambas as partes, enriquecidas, ainda, pela abordagem das visões de mundo Pataxó;
- Após o campo, os dados foram analisados pelos técnicos por meio dos programas (ArcGIS), utilizando-se como base as imagens de satélite Cbers e Landsat.

Após algum tempo, a Funai, através da CGMT, encarou que o etnomapeamento era um bom ponto de partida para fortalecer as políticas indigenistas em Barra Velha e Águas Belas, num contexto de “salvaguarda” das comunidades indígenas. No início de 2010, a instituição promoveu oficinas a fim de realizar a devolução dos resultados para as lideranças e realizar pequenos planos de ação para cada aldeia de forma integrada com as Coordenações Regionais e Locais.



A fim de capacitar lideranças indígenas e funcionários da Funai, foi realizada uma oficina temática de elaboração e gestão de projetos, em julho de 2010. Essa oficina contou com a presença de técnicos da CGMT, CGETNO e CGGAM. O objetivo era associar a formulação de projetos ao instrumento do etnomapeamento. Durante a discussão, algumas lideranças expressaram a importância deles terem seus próprios mapas e projetos, elaborados por eles e não por terceiros, pois esses instrumentos seriam formas de exercer o protagonismo na gestão de seus territórios. Foi nesse primeiro encontro que surgiu a ideia de dar continuidade ao processo com a elaboração do **Plano de Gestão Territorial dos Pataxó de Barra Velha e Águas Belas - Aragwaksã**, bem como de realizar a formação de **Agentes Agroecológicos e Agroflorestais Pataxó**. Iniciou-se, dessa forma, a construção de uma agenda de trabalho junto às lideranças.



A metodologia adotada para o plano estava ancorada no diálogo intercultural e intercientífico. Para a construção do plano, foi preciso que a perspectiva indígena com seus conhecimentos fossem os norteadores das ações. O método consistiu em realizar mobilizações para os encontros (oficinas) e incentivo à circulação de ideias e conversas sobre propostas nas aldeias. Os trabalhos foram desenvolvidos sob agência do Conselho de Caciques Pataxó que buscou desenvolver, junto com o grupo técnico, formas de governança neste processo.

FORMAÇÃO DE AGENTES AGROECOLÓGICOS E AGROFLORESTAIS PATAXÓ

A experiência de formação de Agentes Agroecológicos e Agroflorestais Pataxó ocorreu de forma paralela e integrada à iniciativa de elaboração do Plano de Gestão Territorial Aragwaksã. As oficinas de formação valorizaram a ideia de que os sistemas agroflorestais se constituem como uma prática indígena histórica, presente nos saberes locais e como alternativa sustentável adaptadas ao contexto ecológico, econômico e político local.

Foram criados espaços de mútua aprendizagem. Estes, sob facilitação do agroecólogo Marcus Vinícius Gonzales Franco, compuseram um grupo participativo de 25 pessoas, algumas identificadas previamente no etnomapeamento como “experimentadores” em agroecologia e convidados para fazer parte do grupo. Após esta “seleção” foi composto o que seria o grupo de “agentes agroecológicos e agroflorestais” que teria participação em três módulos: O Módulo I – Conhecendo a Realidade; Módulo II – Estudo Ecológico; Módulo III – Implantando Agroflorestas.

O trabalho foi desenvolvido a partir de metodologias dialógicas que privilegiaram a construção do conhecimento através das trocas de saberes, não apenas entre o conhecimento científico e o tradicional, mas também entre os próprios indígenas, e destes com organizações da agricultura familiar e de quilombolas, buscando fortalecer as relações de reciprocidade (de informações, de sementes, de trabalho) entre os mesmos e a construção de um conhecimento e de uma prática agroecológica.

A construção do conhecimento teve como referência a história de vida dos Pataxó. A partir daí a discussão agroflorestal, foco da capacitação, assumiu dois vieses fundamentais: a) o socioambiental, possibilitando a reinserção de áreas consideradas degradadas ao processo produtivo, associada à recomposição florestal da Mata Atlântica, à recuperação de sementes e plantas e à maior autonomia e soberania alimentar; e b) o viés político, já que um bom modelo de uso da terra pode ser um caminho importante na gestão territorial.

Após as oficinas foram realizados mutirões agroflorestais em quatro aldeias (Boca da Mata, Aldeia Nova, Águas Belas e Tibá), com apoio da Coordenação Regional da Funai e de ONGs locais. Alguns agentes contribuíram decisivamente para problematizar a temática agrícola no território de Barra Velha e para a inserção de metas e ações visando a prática agroecológica no Plano de Gestão Ambiental e Territorial Aragwaksã.

Esta atividade foi apoiada pelo convênio Funai/UNESCO com gestão técnica da CGMT, CGETNO e CGGAM, visando valorizar as iniciativas locais indicadas pelo etnomapeamento e pela avaliação das políticas públicas e de desenvolvimento rural e agroecologia entre os Pataxó.

Em todo momento, os Pataxó definiam o que seria o plano, quais seriam as bases, as metas, ou as normas indígenas. O documento foi se constituindo como um orientador das ações presentes e futuras, um mosaico de metas e ações a seguir para a melhoria da qualidade de vida, enquanto as regras ou “leis” (nas palavras dos Pataxó) deveriam ser elaboradas em cada aldeia, no formato de um regimento interno de cada uma, ao passo em que se elaboraria um regimento interno geral, do território. Ao mesmo tempo, os Pataxó não buscavam meios de gerar punições ou restrições internas visando mudanças no comportamento das pessoas na sua vida cotidiana, mas sim proposições e estratégias gerais e locais para o alcance dos objetivos de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida do povo indígena como um todo, como expressos na apresentação e nos objetivos do *Plano Aragwaksã*.

Foram realizadas três oficinas para construção do *Aragwaksã*. A primeira, realizada no final de setembro de 2010, objetivou apresentar a equipe de trabalho, esclarecer o que é um plano de gestão territorial e definir a logística e a agenda das ações. A segunda oficina foi realizada no salão da igreja da aldeia Boca da Mata, em outubro de 2010. Durante os 5 dias de evento, tivemos debates intensos para a definição do plano preliminar que deveria ser apresentado às comunidades nas aldeias.

A terceira oficina, realizada na segunda metade de novembro de 2010, consistiu, em encontros em cada uma das aldeias, tendo como objetivo apresentar, dialogar e aprovar ou modificar cada tópico dos resultados da versão preliminar do plano. Este foi o momento em que o conjunto do povo indígena teve a oportunidade de participar formalmente de sua construção, além de referendar o plano, dando maior substância e legitimidade.



A quarta e última oficina teve duração de 3 dias. O objetivo desta última foi o de “finalizar” o plano, definir a forma de governança do mesmo, definir o nome e verificar a articulação com outras iniciativas em andamento. Iniciada com uma apresentação de todo o processo percorrido, o plano foi finalmente consentido, juntamente com sua nomeação, forma de gerência e possibilidades de articulação com outras atividades.

A experiência do etnomapeamento e da elaboração do *Plano Aragwaksã* proporcionou elementos para que os Pataxó trilhassem os caminhos para a formação de uma organização indígena de escala territorial que desse conta do imenso desafio de por em prática ou acompanhar as ações de implementação do *Plano Aragwaksã*, e que pudesse colocar os Pataxó em frente aos planos e projetos que historicamente buscaram conduzir os processos de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico nesta região do extremo sul da Bahia sem a efetiva participação indígena.





O povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas

O Povo Pataxó hoje vive no extremo Sul da Bahia, no nordeste do Brasil, distribuídos em cerca de trinta aldeias nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Prado, Itamaraju e há também três aldeias no município de Carmésia, e uma em cada uma dos municípios de Araçuaí, Açucena e Itapicirica em Minas Gerais.

A língua Pataxó pertence à família Maxacali, tronco Macro-jê. Essa aproximação da língua maxacali resulta de relações históricas vivenciadas entre o povo Pataxó e Maxacali, bem como outros povos desse tronco linguístico. O povo Pataxó usa o português para se comunicar, o uso frequente de termos maxakali combinados com palavras pataxó expressa na fala dos mais velhos, incentivou a criação da língua patxôhã, que significa “língua do índio guerreiro”. O patxôhã é ensinado nas escolas e grupos culturais como forma de fortalecer a luta.

As Terras Indígenas Barra Velha (com área de 52.748 hectares e 4.649 habitantes) e Águas Belas (com área de 1.189 hectares e 300 habitantes), com 11 aldeias principais e 5 “sub-aldeias”, localizam-se nos limites do município de Porto Seguro, entre as embocaduras dos rios Caraíva e Corumbáu. O território é delimitado pelos cursos destes dois rios e pela costa atlântica, a Leste, e pela BR-101, passando pelo Monte Pascoal a, Oeste. O Monte Pascoal tem grande valor simbólico como marco de identidade étnica Pataxó. Existem outros cinco núcleos de povoamento que compõem parte do grande território Pataxó: Imbiriba, Coroa Vermelha, Aldeia Velha, Mata Medonha e Comexatiba (também conhecida como Cahy/Pequi, no município do Prado, imediatamente contígua à Barra Velha e Águas Belas). Muitos Pataxó vivem nos municípios e vilas do litoral do extremo Sul da Bahia.

O povo identificado como Pataxó pelas diversas fontes históricas vivia tradicionalmente entre as bacias dos rios João Tiba e São Mateus, ao Sul, e Pardo e Contas, ao Norte, convivendo em contato com um bom número de outras etnias. A história do povo Pataxó é marcada por lutas e momentos de dispersão em decorrência da intensa pressão que sofreram com a expansão da atividade turística e criação de unidades de conservação em seus territórios. Chegaram a ser descritos pela literatura como um povo extinto nos anos 50, logo após eventos que marcaram fortemente o modo de vida e a história do povo. Aqui nos referimos ao evento que os Pataxó denominam de “Fogo de 51” e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal. Desde essa época, os Pataxó vêm lutando para manterem-se no território e garantirem seus direitos.

O PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL

O Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) foi criado em 1961, tendo inicialmente 22.500 e possui importância biológica ímpar, sendo um dos poucos fragmentos de Mata Atlântica ainda restantes no litoral nordestino. O PNMP é um dos principais remanescentes de um dos três focos de endemismo da Mata Atlântica, com taxa de 26% a 28% das espécies endêmicas e a maior diversidade de árvores por hectare do mundo.

O parque contém mais de 5 mil há de floresta ombrófila densa, além de vários ecossistemas de transição para zona costeira. Conforma-se um mosaico de ecossistemas como as mussunungas, brejos, restingas e manguezais.

Faltam levantamentos sobre a biodiversidade da área. Entre as espécies raras e ameaçadas da flora, encontram-se a arruda (*Swartzia eulixophora*), endêmica da região, o jacarandá da Bahia (*Dalbergia nigra*), a juerana vermelha (*Parksia pendula*), o arapati (*Arapatiella psillophilla*), o paraju (*Manikara longifolia*), entre muitos outros. Foram também observadas espécies raras de orquídeas e aráceas, entre as quais se destacam a rara *Cattleya schilleriana*, a *Laelia tenebrosa* e a *Laelia grandis*, e uma espécie nova e endêmica de bromélia (*Neoregelia pascoalina* L. B.Smith). Nas partes mais úmidas da mata, é freqüente a ocorrência de palmito (*Euterpe edulis*) e nas partes mais secas, próximo à orla marítima, ocorre a piaçava (*Attalea funifera*).

Encontram-se ainda animais raros ou em perigo de extinção como: a ariranha (*Ptenoura brasiliensis*), o veado campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), o bicho-preguiça (*Bradypus torquatus*), a onça pintada (*Panthera onça*), a suçuarana (*Felis concolor*), o urubu rei (*Sarcoramphus papa*), a harpia (*Harpia harpija*) e o anambé de asa branca (*Xipholena artropurpurea*), entre outros.

Este conjunto biológico foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, pela Unesco. A área integra o Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e o Mosaico de Unidades de Conservação do Extremo Sul da Bahia.



Os Pataxó se organizam socialmente em famílias nucleares e famílias extensas. As famílias mais antigas da Barra Velha são os Braz, Ferreira, Máximo, Santana, Alves e Nascimento. Em geral, a organização de cada aldeia segue um modelo de organização que possui o cacique como liderança maior, seguido pelo vice-cacique e pelas lideranças. Cabe ao cacique mediar as relações com instituições não indígenas, manter a paz na aldeia, liderar a luta pelos direitos e melhorias na qualidade de vida, exercer o dom da palavra, ser generoso e dar bom exemplo. O seu papel político nos limites da aldeia é sempre exercido com o apoio dos chefes de família, prevalecendo a sua condição de mediador. Existe o Conselho de Caciques, que é uma organização supra-aldeã que trata de temas de interesses do Povo Pataxó em uma escala mais ampla.

Além da forma de organização social acima descrita, os Pataxó criaram outros modos de se organizar ligados às atividades produtivas e culturais. A forma mais antiga descrita são os mutirões, chamados localmente de batalhões, que são organizações coletivas temporárias para abertura e plantio das roças ou construção de moradias. Recentemente foram criadas associações com finalidade de produção e comercialização de produtos agrícolas e artesanais e de recuperação ambiental. Destacam-se a Associação de Artesãos de Barra Velha, a Associação de Mulheres Indígenas de Boca da Mata e o Grupo de Reflorestamento e Agricultura Indígena de Águas Belas. Outra forma de organização, concebida principalmente pelos jovens, são os Grupos de Cultura. Estes grupos buscam ativamente retomar a cultura e tradições Pataxó. Quase todas as aldeias possuem um Grupo de Cultura que trabalha temas como língua, história e rituais Pataxó.

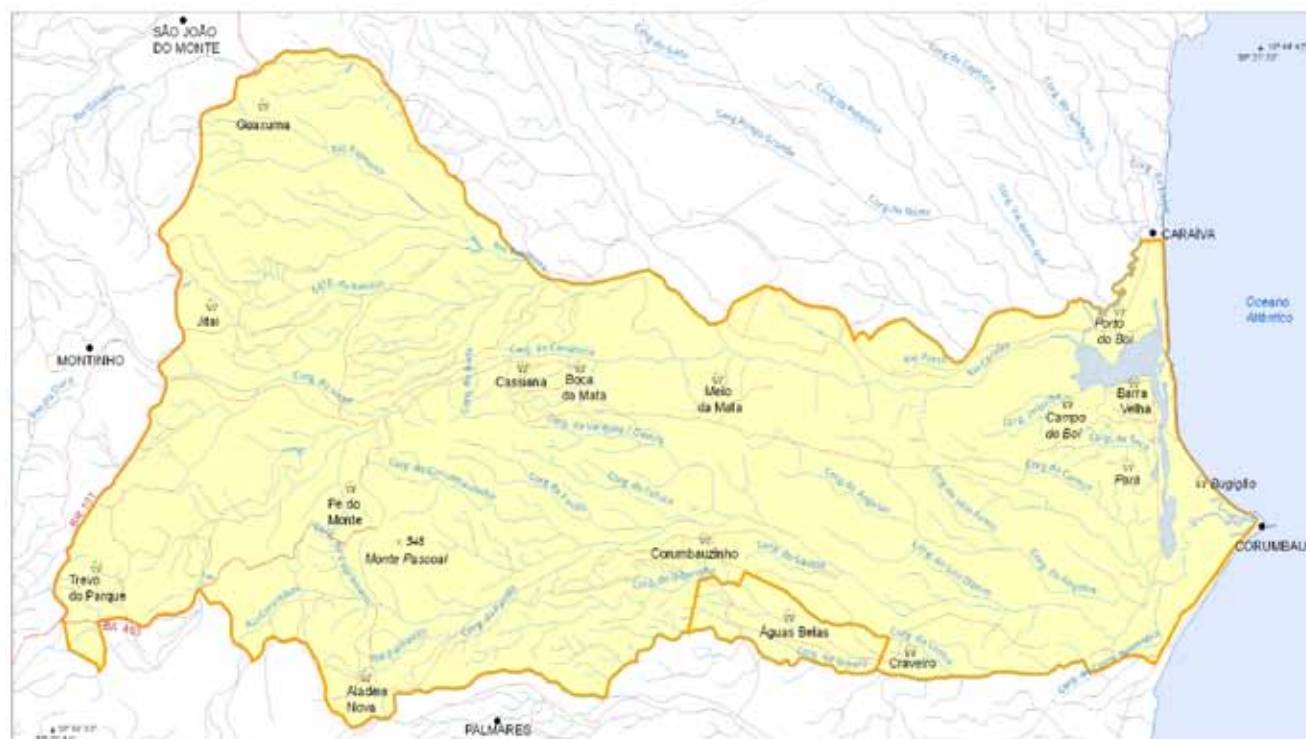
Os Pataxó habitam e se utilizam de diversos ecossistemas da zona litorânea, como arrecifes, praias, mangues, restingas, bem como ecossistemas arenosos, comumente denominados de mussunungas, e florestais, como as matas de terra alta e as de brejo. As atividades econômicas básicas compreendem a agricultura, a coleta vegetal e animal, a pesca, a extração vegetal de piaçava e madeira, a produção artesanal, atividades de comércio (produtos industrializados) e caça. A agricultura é a atividade dominante, realizada em pequenas roças, sendo seus principais produtos a mandioca, o milho, o arroz e o feijão, e frutíferas nos quintais. Destacam-se os cultivos de coqueiros, dendezeiros, mangueiras e jaqueiras, tidas em muitos casos como marcos da ocupação das famílias Pataxó. A coleta de crustáceos e mariscos é praticada nos manguezais e nos arrecifes. Praticam também a pesca marítima, fluvial e de mangue.

Em termos de datas comemorativas, os Pataxó celebram atualmente as festas de Reis (6 de janeiro), São Sebastião ou puxada de mastro (20 de janeiro), São Braz (03 de fevereiro), Santo Antônio (13 de junho), festa de Cosme e Damião (27 de setembro) e Dia do Índio (19 de abril). Geralmente, no Reis é feita a chula, um ritual que ocorre com sons de tambores e “samba”. Cada aldeia prepara sua festa e é quando se bebe cauim de mandioca, faz-se moquecas na folha da patioba ou de bananeira, churrasco de carne de boi. Cotidianamente e ritualisticamente, pintam os corpos, adornam-se de penas e colares de semente e dançam o awê.





LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS
BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS



Aldeia
Estância
LOCALIDADES

Estradas
Rios

Tis Barra Velha e Águas Belas

A conquista da terra Pataxó

A história dos Pataxó é marcada por muita luta e resistência frente ao processo de colonização e ocupação do extremo sul da Bahia. É também uma história marcada pelo cruzamento de diversas histórias individuais e coletivas de pessoas que no seu cotidiano acessavam as matas e rios, narravam mitos e faziam seus rituais, ou seja, viviam a vida em torno de suas práticas culturais. A escrita da história da conquista da terra pelos Pataxó exigiria um livro à parte. Nestas breves páginas, escritas com ajuda da literatura² e da história oral, buscaremos apresentar uma síntese dos momentos de luta cotidiana para retomar e assegurar o território tradicional.

A presença dos Pataxó no extremo sul da Bahia aparece em relatos desde o século XVI, quando foram observados pelo naturalista Maximilian Alexander Wied-Neuwied entre o Rio Mucuri e o Rio de Cabralia. Segundo o viajante, toda a costa, desde o Rio do Prado, era temida pela presença de grupos indígenas que habitavam as matas e rios e apareciam no litoral para trocar cera e outras coisas por produtos manufaturados. Os Pataxó e Maxakalí parecem ter compartilhado o mesmo território, entre o João de Tiba e o São Mateus, e é provável que tenham constituído alianças econômicas e políticas.

Com a chegada e estabelecimento do colonizador foram empreendidos projetos de exploração econômica e de catequese com a subjugação, expulsão e dizimação dos povos tupi do litoral. Os povos do interior, incluindo os Pataxó, ainda resistiram por séculos. Os Pataxó, já no início do século XIX, ocupavam o litoral junto com outras etnias entre os rios Jequitinhonha e Doce.

A literatura afirma que em abril de 1861, o governador da Província determinou o aldeamento forçado dos Pataxó próximo a foz do Rio Corumbau, na Aldeia de Bom Jardim, a atual Barra Velha. Segundo relatos dos Pataxó mais antigos, eles habitavam diversas regiões do litoral e foram se deslocando para Barra

²Carvalho, M.R. 1977. Os Pataxó de Barra Velha. Seu subsistema econômico. Dissertação de mestrado apresentada à UFBA, Salvador. Sotto-Maior, L. 2008. Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha. FUNAI, Brasília. Cardoso, T.M. & Parra, L.B. Etnomapeamento e Zoneamento Agroextrativista das Aldeias Pataxó do Monte Pascoal. MMA/FUNAI/PNUD, 2008.

Velha, formando a aldeia. A Barra Velha seria uma construção dos Pataxó e não de religiosos e administradores coloniais, como pode ser visto neste relato,

“Porque meu avô veio de Alcobaça. Pataxó ficava em Alcobaça. Ponta de areia, lá tem uma Barra Velha pra lá, ficava de lá até a Imbiriba, da Imbiriba ele encontrava os Tupinambá. Bom, então esse Pataxó atingia essa frente aí, bom e daí eles vinham pra Imbiriba, estes parentes. Aí deu uma seca e eles, passaram de Caraíva pra chegar em Barra Velha e olharam: Aqui tem água, vamos entra por aqui. Entraram pelo meio do campo, toparam água. Aí eles saíram em Barra Velha. Por ali, pra cá do córrego do Guigó. Acharam água boa e falaram. Vamos fazer nossa aldeia aqui? Vamos lá falar com os parente e vamos fazer nossa aldeia aqui? E ficaram, fundaram ali Barra Velha ali, começaram”

Antes do “fogo de 51” muitas famílias Pataxó já habitavam áreas mais ao interior da floresta e muitos pontos do litoral, principalmente, na região de Prado e Cumuruxatiba. Neste mesmo período, os Pataxó de Barra Velha reconstruíram seu modo de vida, caçando, explorando a pesca costeira, a fauna dos manguezais e campos litorâneos, praticando agricultura tradicional, plantando milho e mandioca, coletando frutos, mel, lenha, palhas e fibras para suas habitações e utensílios.

Entre o período de 1861 e 1951, os Pataxó foram sendo pressionados por fazendeiros de cacau e madeireiros. Roupas infectadas por lepra e varíola eram espalhadas por plantadores de cacau entre os rios Contas e o Pardo. Na década de 40, a atividade madeireira e o extrativismo da piaçava (*Attaleia funifera*), juntamente com o cacau, já despontavam como fatores relevantes de ocupação de território Pataxó por não-índios e de mobilização de mão-de-obra indígena. Além disto, alguns Pataxó conseguiam sobreviver com a venda de produtos agroextrativistas.

Neste período, a chegada da atividade madeireira e do fluxo cada vez mais intenso de fazendeiros para a região desencadeou um processo de desmatamento desenfreado que impactou profundamente o ambiente do extremo sul e a sociedade Pataxó, processo que perdura até os dias atuais. Documentos oficiais mencionam que toda parte oeste do Monte Pascoal estava invadida por fazendeiros de cacau na década de 50.

O isolamento relativo dos Pataxó seria dramaticamente rompido em 1951, em um episódio trágico que marcou profundamente a história de todo povo. Conversas emocionadas sobre o “fogo de 51” ou “revolução”, demonstram como o mesmo marcou a

vida indígena a partir de então. Ao que tudo indica, em 1944, a iminência de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal e a notícia de que as pessoas teriam que sair da área, levaram o então líder dos Pataxó, o “capitão” Honório Borges, a viajar para o Rio de Janeiro para conversar com Marechal Rondon com objetivos de obter direitos sobre as terras. Honório e seus companheiros conheceram dois indivíduos cuja identidade é misteriosa. Os dois foram a Barra Velha em companhia deles em 1951, com o pretexto de demarcar a terra. Em vez de realizar a suposta demarcação, os dois homens causaram um incidente que desencadeou uma reação violenta por parte da polícia, o que mais tarde seria chamado de “revolta dos caboclos de Porto Seguro” pela imprensa e de “fogo de 51” pelos Pataxó. A partir desse momento, a polícia iniciou um processo de repressão contra os índios da Barra Velha. Vários índios Pataxó foram mortos a tiro ou morreram em consequência das feridas provocadas pela polícia. Algumas famílias tentaram se esconder na mata, fugindo das opressões e assassinatos.

Esse ato violento levou à dispersão da população indígena de Barra Velha para as cidades e fazendas vizinhas. Apenas uma família retornou a Barra Velha, porque não queria abandonar a terra dos seus antepassados. Além disso, não conseguiu achar meios de sobrevivência, tendo que fugir e esconder-se da polícia. Ao longo do tempo, essa família procurou seus familiares e amigos nos locais adjacentes.



Muitas famílias se dispersaram por um raio de muitos quilômetros, sendo que alguns mudaram-se para a fazenda Guarani, em Minas Gerais. O evento foi tão violento que os Pataxó foram considerados extintos já em 1957.

No período do “fogo de 51” a região do extremo sul já era rota de madeireiros e fazendeiros que buscavam terras e matas para explorarem e detinham o poder político local para implementarem seus projetos de ocupação do território e, desta forma, o incidente proporcionaria um motivo para implantar o “terror” entre o Pataxó e a expulsão dos mesmos de suas terras,

“Que naquela época, depois que teve aquele fogo aqui em Barra Velha, ninguém queria saber de índio, ninguém queria falar que era índio. Hoje em dia não, que todo mundo quer ser índio...Ah! Sou índio de Barra Velha. Naquela época quem queria se índio de Barra Velha? Ninguém” (Relato de Barra Velha)

“De cá, nós fomos abri roça lá. Queimemos lá essa roça quando foi da roça daqui de Barra Velha, nós saímos corrido, não tinha outro lugar para nós ficarmos, fiquemos lá em Águas Belas. Continuemos.” (Morador de Águas Belas)

“Nós vivíamos trabalhando nas fazenda dos outro, depois pra gente continuar com a nossa roça, vivíamos trabalhando na fazenda dos outro ali no Rio do Prado, Rio do Cahy” (Morador de Barra Velha)

Em 1957, iniciou-se o retorno de muitas famílias a Barra Velha, porém o território já se encontrava reduzido diante da chegada dos fazendeiros e os Pataxó não possuíam garantia de posse da terra que ocupavam tradicionalmente. No entanto, no momento que a aldeia se reorganizava se instalou efetivamente o Parque Nacional do Monte Pascoal.

Em abril de 1943 foi decidida a criação do Parque Nacional Monte Pascoal. Após quase duas décadas em que existiu apenas “no papel”, o Parque Nacional de Monte Pascoal foi enfim implantado em 1961, tendo 22.500 ha. A área então delimitada incidiria completamente sobre o território tradicionalmente utilizado pelos Pataxó. Segundo Sampaio (2000), ignorados pelo órgão indigenista nacional e tratados pelo órgão encarregado de administrar o parque como posseiros, os Pataxó foram então forçados a deixar sua aldeia, sendo permitido ficar apenas em uma área de 210 ha em Barra

Velha. A maioria dos Pataxó resistiu a isto, sendo porém impedidos de plantar suas roças na área, por isto esta época é considerada uma época de muitos conflitos e de grandes dificuldades de sobrevivência que levaram muitas famílias a tentarem melhores condições de vida em outras localidades.

“A fase da falta de farinha foi naquela época que o pessoal não tinha condições de colocar uma roça. Na época do tal do pessoal do IBDF, não queriam que o índio botasse roça, não deram espaço, então foi porque acontecia aquele negócio. Nesta época o índio vivia corrido, era pra lá e pra cá. Não tinha sossego”. (Morador de Boca da Mata).

Este parque é dentro da área indígena, Ai dentro morou índio, morreu índio.” (Morador de Craveiro)

A implementação do parque, em 1960, fez recrudescer o fluxo migratório dos Pataxó, surgindo núcleos nas matas da localidade de Mata Medonha e na periferia do povoado Corumbau, vizinho ao Parque e embrião da atual aldeia de Corumbauzinho. As roças não eram abertas com receio de que fossem sofrer represálias.

A área em que viviam os Pataxó não era suficiente para atender às demandas produtivas e, mesmo após reuniões entre Funai e IBDF já nos anos 70, visando destinar uma área para demarcação de terra indígena, manteve-se paralisada a questão da legitimidade de domínio sobre as terras, até os anos 80. Este período foi também marcado pelo grande surto madeireiro que atingiu a região na esteira



da construção da rodovia BR-101, inaugurada em 1973 seguido pela implantação de um crescente mercado de turismo, com posterior desenvolvimento de uma produção de artesanato. Posteriormente ao avanço da atividade madeireira veio o avanço das fazendas e a consequente ampliação da degradação da floresta atlântica da região:

“Essa mata pegava daí de Teixeira de Freitas ao Rio Pardo. E hoje cadê? Acabou tudo, não tem mais nada! Então, tinha porco do mato, tinha onça, tinha anta tinha tudo, bicho homem... e aí acabou tudo. Ainda tem uma mata aqui no Rio de Caraíva, entre o Rio do Norte e o Capoeira, tem uma mata aí ainda, que os madeireiro andaram aí e correram com os menino daí. Tiraram a madeira e largaram o bagaço”. (Morador de Boca da Mata)

No extremo sul da Bahia, a concentração fundiária em grandes fazendas, por apropriação de terras devolutas e ocupadas pelos índios, provocou uma destruição quase total da Mata Atlântica da região e está na raiz do conflito atual, uma vez que implicou a reunião de sem-terras, populações indígenas e remanescentes florestais nos mesmos restritos locais. Este processo ainda está em curso, com a expansão da monocultura de eucalipto e do turismo costeiro de massa. Mesmo diante disto os Pataxó são considerados erroneamente por alguns ambientalistas como os principais destruidores das florestas da região.

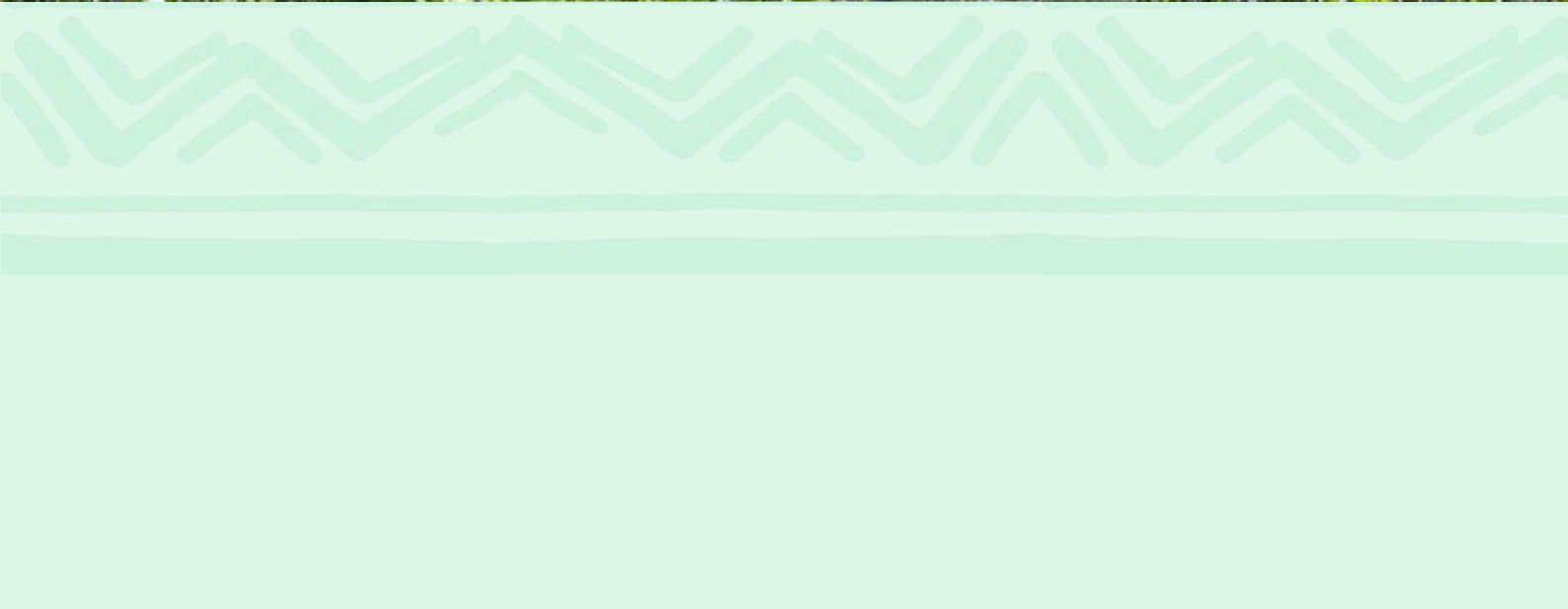
Os anos 90, até momentos atuais, corresponde a um período relevante aos Pataxó, que passam a reivindicar o território e a se envolverem em projetos de “desenvolvimento sustentável”.

Em 1997, a Funai reconheceu as irregularidades da demarcação da Terra Indígena Barra Velha e reconheceu o direito dos Pataxó de terem identificadas suas terras tradicionais. No dia 19 de agosto de 1999, representantes das seis aldeias retomam a sede administrativa do Parque Nacional com o firme propósito de assumir a gestão do Parque, comprometendo-se publicamente em garantir a proteção de suas matas e do seu Monte, como escrito na “Carta do Povo Pataxó às Autoridades Brasileiras” e a afirmação de que “O Monte Pascoal é território dos Pataxó!!”.

Várias fazendas no entorno do Monte Pascoal foram retomadas, incrementando o território indígena e aumentando o número de aldeias de 6 para 8. Um grupo técnico foi criado pela Funai para reavaliar os limites das terras indígenas de toda a região (Barra Velha e Corumbauzinho) e definir os limites de um território que possa garantir a sustentabilidade do conjunto a longo prazo.

Em 2008 é publicado o Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha, com superfície de 52.748, sobrepondo o Parque Nacional do Monte Pascoal. A identificação e delimitação é considerada uma vitória pelos Pataxó, mas ainda há muitos passos a serem dados para a consolidação dos direitos sobre suas terras, que envolvem a consolidação deste processo e a garantia dos direitos sobre os outros territórios no extremo sul da Bahia bem como de políticas públicas efetivas para a gestão territorial.





Conhecendo o território

Os Pataxó possuem um conhecimento acurado sobre a terra e os diferentes ambientes de seu território. A percepção e o conhecimento que os Pataxó possuem dos ambientes é fruto de uma longa história de relação com os diversos seres e entidades que coabitam com eles os espaços, conhecimentos que se originam não apenas da experiência produtiva na busca por alimento, mas de uma vivência emotiva de reflexão e de experimentação que gera uma relação de responsabilidade e pertença ao território.

Há um refinado conhecimento sobre a relação entre a terra e os ambientes, e sobre a integração entre o relevo, os solos, a vegetação, a fauna e os corpos d'água, que orienta as tomadas de decisões sobre o uso dos recursos. Estes conhecimentos ecológicos estão interligados com os conhecimentos sobre o tempo em seus aspectos climáticos, estações do ano, sobre as estrelas e o movimento da lua e o ciclo de vida dos animais e plantas.

A terra

Os Pataxó percebem os tipos de terra, como denominam, de acordo com a textura, cor, profundidade, consistência, umidade e fertilidade dos mesmos. A textura e a coloração são as principais características utilizadas para nomear os solos. Quanto à textura, são encontrados os tipos barro, areia ou mussununga, terra e lama.

O barro é facilmente reconhecido nas regiões de terra alta pela sua consistência mais liguenta e granulação mais fina, sendo denominado a depender da coloração, como barro vermelho, barro amarelo e barro branco. É percebido um tipo de barro vermelho meio rosáceo denominado de tauá. Outro tipo específico de barro é o murundu, que corresponde a um barro mais duro formado em pequenos morros. Este barro é muito utilizado para fazer as casas de taipa. Há também um tipo específico de barro é denominado de tumbatinga, por ser mais branquinho, duro e liguento que o barro comum. A tumbatinga era muito utilizada para fazer peças de cerâmica. Outro tipo de solo descrito localmente é o carrasco, terra considerada seca e adequada para o crescimento da piaçaba.

A areia consiste em um solo com granulação mais grossa e solta. A areia pode ser branca e é denominada também pelo termo mussununga, quando encontrada em manchas na terra alta e mussununga ou restinga quando na faixa de praia. A areia amarela é percebida no substrato dos córregos. A terra vegetal ou serrapieira corresponde à camada mais superficial logo acima da terra preta. É formada por material orgânico – folhas, paus, frutos, etc. - que caem da floresta, sendo percebida como a terra que gera a fertilidade e umidifica o solo. Lama refere-se a um tipo de solo encharcado e liguento, é encontrado nos brejos e no mangue.

OS CONHECIMENTOS SOBRE O RELEVO

Os Pataxó observam a variação do relevo para distinguir categorias ambientais que vão desde um ambiente de alagado, como os lagos e córregos, até um ambiente de terra firme ou chã. A modificação da vegetação e dos solos é observada de forma criteriosa. Conhecer o relevo é de primária importância para a escolha da área onde será construída uma casa ou feita agricultura. As palavras utilizadas pelos Pataxó para diferenciar a variação do relevo são: baixada, que corresponde às áreas baixas, ladeira ou barranco (área intermediária), terra alta ou terra firme (platô), montes e serras e praia.

Nas baixadas geralmente se encontram os córregos e rios, como o Caraíva e o Corumbau. Pode-se encontrar baixadas com córregos perenes e com córregos que secam durante o verão, chamados também de boqueirão ou valão. Os locais onde se formam as nascentes são as grotas de mata, nos fundos do boqueirão. Os ambientes típicos das baixadas são os brejos, as beiras dos rios e os córregos pedregosos – como os encontrados mais próximos do Monte Pascoal.

A terra alta refere-se à parte mais elevada do relevo, e onde predominam solos do tipo mussununga e barro. Neste ambiente se forma a vegetação denominada de mata e a vegetação que também recebe o nome de mussununga, e é considerado ideal para agricultura e criação de gado, bem como para estabelecer as residências e as aldeias. Os morros e serras correspondem a uma elevação como o Monte Pascoal, ou a um conjunto de elevações como a Serra da Gauturama e do Gavião.

A praia fica entre Caraíva e Corumbau e se encontra apenas na aldeia Barra Velha e Bugigão. É a parte mais, baixa próximo ao mar, onde se encontra ambientes como as lagoas, a mussununga da praia (também chamada de restinga), o mangue e o brejo.

Segundo o conhecimento local todos estes tipos encontram-se distribuídos verticalmente na estrutura da terra, sendo assim organizados – da superfície para perfis mais profundos – a serrapieira ou terra vegetal (na floresta), a terra preta, o barro amarelo, seguido de barro vermelho, barro branco e o tauá. Esta seria uma regra geral, porém são percebidos solos que não possuem esta estrutura, como o de mussununga, que é composto apenas de areia com uma camada de pedra abaixo. A mussununga é um solo encharcado e geralmente é relacionado com as nascentes das partes mais próximas às praias. A distribuição vertical do solo é percebida da seguinte forma:

“A terra firme é assim, terra preta acima, subsolo em baixo está o barro amarelo barro e o vermelho em baixo dele, é o terceiro solo, no caso. Depois de vermelho vem o branco, depois vem o tauá, e vai descendo, vai descendo, aí é cristalizado em baixo” (Morador da Aldeia Craveiro).

Os nomes das terras ao longo do território se dão pela predominância de uma textura sobre a outra, pela coloração e pela mistura de um tipo de terra com outra, onde temos: barro vermelho, terra preta com barro amarelo, mussununga, terra mussunungada, lama e por ai vai. Esta distribuição dos tipos de terra no território é descrito da seguinte forma:

“O barro vermelho fica nessa área aqui, aqui dentro mesmo da cumeeira da Floresta. Aqui (Boca da Mata) já é uma terra preta em cima e em baixo tem o barro também, mas a gente não fala o vermelho porque tem a terra preta em cima, né? É na região ali de Meio da Mata ali até chega aqui nessa área aqui. Dali pra cá já tem uma parte de terra que é mussununga, que é, como diz o pessoal...o campo nativo. Aqui é a terra preta em cima e tem o barro amarelo em baixo no caso o barro vermelho, tirando a folha de cima pode cavar que o barro está em cima logo da terra” (Morador da Aldeia Boca da Mata)

O barro vermelho ou massapê é o nome dados a solos barrentos de cor vermelha. É encontrado principalmente na região mais a Oeste da terra indígena, onde se localiza a Aldeia Pé do Monte. É possível encontrar este tipo de solo na beira dos rios e córregos. É uma terra boa para todos os cultivos, principalmente para bens de raiz como o cacau. A vegetação que cresce forte no barro vermelho são as matas altas ou a mata grossa.



A terra preta com barro amarelo predomina entre a praia e o Monte Pascoal, sendo encontrada em todas as aldeias. É uma terra apropriada para o plantio de bens de raiz e a preferida para mandioca, milho e feijão. As paisagens associadas a este tipo são as matas altas ou mata grossa, o palmeiral e o carrasco, este último quando os solos são bem secos.

A lama, como já mencionado, fica nos córregos e no mangue, onde predominam, respectivamente, vegetação de brejo e manguezal. A terra mussunungada refere-se à mistura da terra preta com areia e barro embaixo e é encontrada mais na área de abrangência das aldeias Meio da Mata e Boca da Mata. Carrasco é o solo seco que possui espécies indicadoras de muita baixa fertilidade para o plantio de “lavoura branca”, sendo encontrado entre a região de Boca da Mata e Corumbauzinho, e nas áreas queimadas de Barra Velha.

Quanto à fertilidade, os Pataxó dão os nomes de terra boa e terra ruim, a depender da planta que desejam cultivar. Desta forma, como exemplo, a mussununga pode ser boa para o plantio de aroeira e caju e ruim para o feijão, enquanto a terra preta com barro ser boa no cultivo de mandioca e feijão e ruim para mangaba. Alguns agricultores percebem a qualidade do solo através de plantas indicadoras: “O que dá na terra boa é milura, curundiba, capeba, estes matos moles. E de terra ruim só dá este mato de folha dura, cipó caboclo” (Morador de Boca da Mata). A presença de ervas como sapê, tiririca e samambaias é visto como indicação de solos muito empobrecidos.

O saber indígena dos Pataxó associa a fertilidade à formação das capoeiras. Os Pataxó chamam de terra fraca ou cansada o solo de sapezal, de capoeiras novas e terra forte ou descansada a terra onde há mata, e de capoeiras alta ou capoeirão, com presença de terra vegetal. A história e a intensidade de uso do solo correspondem a uma característica



importante na escolha da terra para a agricultura, podendo ser chamadas de terra velha ou nova. A nova corresponde às terras da derrubada da mata virgem ou de capoeiras altas, enquanto a velha se refere ao uso sucessivo de um mesmo lugar ao longo dos anos. Os solos secos e duros são considerados ruins para o plantio de mandioca, feijão e milho, enquanto os solos molhados e soltos são considerados bons para estes cultivos.

Esta percepção complexa sobre a fertilidade dos solos é explicada da seguinte forma,

“O solos tava tão fraco do fogo que não dava mais nada, você planta um pé de mandioca e é claro que não vai sair nesta terra dura que era um pasto. Eu preparo aqui e dá. A terra voltou a ser úmida e voltou a ser orgânica com os próprios pedaços e folhas das árvores. Em três anos eu recuperei o solo.”

“A terra é terra preta com barro. Já queimou a serrapieira, a folha, e daí fica aquela terra preta e areia. Isto que deixa a terra cansada. Se deixar crescer o mato e as folhas crescerem aí torna a ficar boa de novo”

Muitos pataxós afirmam que a fertilidade do solo está mais associada ao estágio da mata em determinado local do que aos aspectos químicos da terra. Conforme nos relatou um morador de Pé do Monte, “Tupã não criou tipo de terra ruim, mas cada terra têm sua planta”, e outro de Meio da Mata, “Às vezes eu vou para um lugar e não me dou bem às vezes vou para outro e me dou bem, com as plantas é a mesma coisa, às vezes dá bem em uma terra e você muda para outra não dá bem. Aí você troca de planta e põe outra, ela pode dar bem com aquela terra”.



Esta visão se confronta com os métodos e teorias da ciência agrônômica, pois para o pataxó cada planta é considerada boa ou ruim para cada tipo de terra e de vegetação. Na verdade, a observação das capoeiras é tida como o conceito chave da agricultura indígena, pois, quanto maior a capoeira, mais forte e descansada estará a terra. Como visto acima, o processo basilar das primeiras etapas da agricultura pataxó (escolha e preparo do terreno) era o seguinte:

Para derrubar tem que roçar primeiro por baixo, para depois derrubar. Roçar capoeira era tudo na base da foice, não carecia de machado. Só na foice e facão. Trabalhei muito nisso. Brocar é quando é mata. Brocar a mata para poder derrubar ela. Roçar é quando é em capoeira fina. Depois de roçado vira uma roça. Depois de abandonado vira capoeira fina. Deixe ela encapoeirar. Se não quiser cultivar volta a ser capoeirinha, capoeira e capoeirão, que já é mata alta.”

Porém, hoje em dia, tais saberes são impossibilitados de se colocarem em prática, pois: não existem mais áreas disponíveis com as condições fundamentais para uma produção adequada e para a manutenção do sistema de corte-e-queima e pousio e os solos estão extremamente desgastados o que favorece a visão exterior de que a única solução é a utilização de adubos e de tratores.

TIPOS E QUALIDADE DAS TERRAS PARA AGRICULTURA

TERRA	CARACTERÍSTICA	QUALIDADE
Barro vermelho	<i>“A melhor terra da região é o barro vermelho. Onde eu moro é um barro vermelho, em riba preto, aí o que planta dá com fartura. Lá para cima no Monte (Pascoal) tem barro vermelho, terreno de cacau.”</i>	Terra boa para mandioca, milho, feijão, banana, abóbora, quiçarro e bens de raiz, principalmente cacau. Terra ruim para caju, aroeira, e mangaba.
Terra preta com barro amarelo	<i>“Aqui a terra é já meio preta, o que plantar sai. Nessas áreas o tipo de terra é preta com barro amarelo, essa terra preta que fica em cima é dela mesmo, nativa, que foi queimando. E na mata é preta só que outra camada.”</i>	Terra boa para mandioca, milho, feijão, banana, amendoim, batata doce, cana, abóbora, quiçarro, aroeira e bens de raiz. Terra ruim quando em presença de palmeiras da espécie babaçu.
Mussununga	<i>“Mussununga é muito fraco não dá para plantar. Só dá abacaxi, aroeira, só cultura que agüenta temperatura. O restante dá mais no barro.”</i>	Terra boa para abacaxi, coco, aroeira, caju e mangaba. Terra ruim para mandioca, milho, feijão, abóbora, quiçarro e bens de raiz.
Terra mussunungada	<i>“Para plantar nesta terra aqui, mussunungada, com areia, tem que saber a época. Tem que plantar na chuva. Se for plantar com areia quente, for arar e plantar aí não presta fica muito quente. Se for na chuva a terra aqui é bem solta aí, fica melhor; lá não, o barro fica duro. Aqui só não presta quando o tempo ta quente. Aqui dá bem melancia.”</i>	Terra boa para abacaxi, melancia, caju, manga, mangaba e aroeira. Terra ruim para mandioca, milho, feijão, abóbora e quiçarro.
Cuiuna	<i>“Cuiuna é uma terra entre a mussununga e o barro da mata. É uma terra boa, boa de se ver. Dá bem banana, cana, feijão, melancia, abóbora. É uma terra fresca e preta. Os pau dela é igual de terra boa, da mata. Onde tem mais ela é de campo do boi até meio da mata.” (Manoel Santana)</i>	Terra boa para abacaxi, banana, cana, melancia, abóbora, feijão, bens de raiz e aroeira.
Lama	<i>“Solo molhado e liguento, encontrado no mangue e nos brejos. Diz que quando o córrego possui brejo e fundo com lama é mais difícil o rio ficar seco, ele é perene.”</i>	Terra boa para o arroz.
Carrasco	<i>“A terra é ruim aqui, já é carrasco, terra ruim.”</i>	Terra boa para piaçaba Terra ruim para qualquer cultivo
Murundu	<i>“Murundu é esse morrinho aqui, altinho né! O Murundu ele é de terra mais firme, de barro mais resistente. No passado faziam isso aí pra fazer a taipa aí depois eles plantavam pé de banana, pé de jaqueira, goiabeira.” (José Braz)</i>	Terra boa para banana e bens de raiz

AMBIENTE:

Mata

Córrego

Roça

Mussununga alta

Córrego

Aldeia

Rio

Brejo



TERRA:

Barro
vermelho

Areia

Terra preta e
Barro amarelo

Mussununga

Areia

Barro amarelo

Areia/Lama



Os ambientes e seus usos

Os Pataxó conhecem e constroem uma grande diversidade de ambientes no território, como as casas e as aldeias, passando por matas e manguezais, cortando em trilhas e caminhos por entre rios e córregos.

A aldeia é o lugar comum de todos os habitantes. A área da aldeia compreende a casa e sua extensão utilizada (os quintais), fontes d'água, espaço religioso (igrejas), espaço comunitário, áreas de lazer, porto das canoas, campo de futebol, mercados, cemitério, posto de saúde, escritório da Funai, centro cultural, escolas e espaços de circulação como rodagens e trilhas. Algumas áreas, que não são familiares, são consideradas áreas de uso comum com acesso regulado pela relação entre as famílias ou por decisão no nível da aldeia. Estes locais são as capoeiras velhas, os pastos (mangas) coletivos e a mata.



A casa e o quintal

A casa é o ambiente mais íntimo dos Pataxó. As casas de taipa podem ser feitas de madeira e barro ou de alvenaria. Quando uma residência está em construção, ou em fase final, os parentes são chamados para ajudar, numa espécie de mutirão. É comum a construção de fornos a lenha nas cozinhas. Um dos cuidados com a casa consiste na defumação, que pode ser tanto com plantas sagradas encontradas nos quintais, como com capim aruanda encontrado, ou com a amescla.

Os quintais se localizam ao redor das residências, onde se cultivam, principalmente, plantas medicinais, ornamentais, condimentares e frutíferas, e a responsabilidade de cuidados geralmente é da mulher. Nos quintais podem ser feitos canteiros, para evitar ataques de formigas e galinhas, que são protegidos com algum suporte. A horta também é feita nos quintais, em espaço cercado por tábuas ou cerca de varas finas, para evitar invasão das galinhas e outros animais.

Todas as casas têm um quintal, faz parte do uso de cada família. Os quintais são áreas de alimentação, lazer, proteção e de reunião da família e amigos. Funcionam também como “ilhas” de diversidade e como banco de sementes de plantas e de mandibas. Em muitos quintais encontramos plantas que, na maioria das vezes, são cultivadas em roçados (tais como a mandioca, milho, cana, feijão, favas, abóboras, inhames e batata-doce), plantadas entre árvores frutíferas, tais como jaqueiras, mangueiras, coqueiros, goiabeiras, bananeiras, mamoeiros, aroeiras, cajazeiro, eugenia ou jambeiro, pimenteiros, urucuzeiros, dentre várias outras, além das plantas medicinais e para artesanato. A importância dos quintais para a manutenção da diversidade de plantas confere a este espaço um alto grau de relevância para os projetos que visam à segurança alimentar e à conservação na região.





A roça e a capoeira

A agricultura na região era praticada, conforme relato dos Pataxó mais antigos, através do sistema de corte-e-queima e pousio. Neste sistema o agricultor roçava uma área de mata alta, derrubava as árvores mais grossas e queimava a vegetação. Após a derrubada da vegetação a roça passava então a ser plantada em mutirão ou pela família com mandioca, aipim, feijão, milho, abóboras, batata-doce, quiçaro, maxixe, melancia, dentre outras plantas de interesse do agricultor e da agricultora. Após o cultivo, a mandioca era colhida e levada à farinheira, onde era feita a farinha puba e a farinha de guerra, beijus e tapiocas. Estas eram consumidas, vendidas, trocadas ou dadas de presentes para parentes que vivem nas aldeias e vilas na praia como Caraíva, Bugigão e Corumbau.

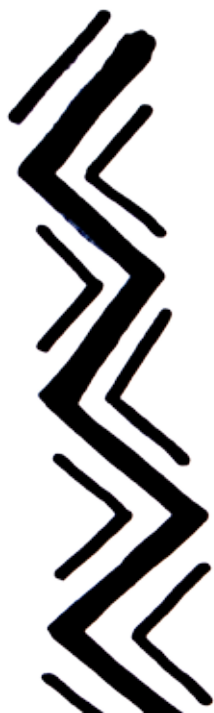
Esta prática mudou um pouco nos dias de hoje devido a falta de mata e espaço para realizar as roças como antigamente. Hoje os Pataxó usam áreas de capoeira baixa, ainda trabalham em mutirões e, muitas vezes, usam trator para abrir a área e adubos fornecidos pela Funai para aumentar a fertilidade em áreas com solos cansados. Muitas sementes são mantidas pelas famílias, mas há suprimento de milho e feijão pelo órgão indigenista. Há grupos de parentes e de amigos formados para o trabalho em roças coletivas. Atualmente há muitos pataxós formados em cursos de hortas comunitárias, agrofloresta e agroecologia, que visam alternativas para obter alimentos mais saudáveis e sem agredir a terra e a mata.

Geralmente os trabalhos na roça são considerados essencialmente masculinos, porém a mulher pode participar em algumas fases do trabalho, quando o marido falta por motivos de doença ou por possuir alguma atividade remunerada dentro

ou fora da aldeia. As mulheres e crianças participam do momento do plantio, da colheita e do processamento das plantas cultivadas, enquanto os homens participam de todo o trabalho. Já os quintais são de domínio feminino.

O trabalho de mutirão, chamado pelos Pataxó de batalhão continua sendo realizado nas roças, mesmo devido a intensas transformações ocorridos na história Pataxó, porém em menor escala e de forma distinta, em comparação com tempos passados. Antigamente:

“Se fosse ter uma derruba teria uns 20, 30 ou 40 machados. O batalhão aí. Assim chamava os antigos. Aí ia para a derruba, lá tinha a alimentação, o feijão, carne de porco, o peixe, o beiju, caldo de cana. O dono do batalhão tinha que tratar bem e ter toda a despesa com os parentes. Tinha que ter uma comida para comer para poder trabalhar. E daí de noite era o forró. Para alegrar os machadeiros. Antes do forró rezavam para agradecer Tupã que deu um trabalho bom, não teve acidente, não é. Depois da reza era o forró. Mas era assim, isto aí já há muitos anos. Quando eu nasci já tinha este trabalho em conjunto. Toda vida isto se chamava batalhão, daí se chamava a vizinhança toda. Cinco tarefas, seis tarefas eles tiravam em um dia. Era roçar, derrubar e plantar, tudo em batalhão”.



Atualmente, o mutirão vem ocorrendo com menor frequência, isto se deve ao abandono da agricultura por muitas famílias, à falta de espaço florestal para abertura de roçado e, principalmente, à insuficiência de “bens” de troca necessários para oferecer aos convidados. Os mutirões que vêm ocorrendo são motivados geralmente por grupos de parentes, vizinhos e amigos. Muitos mutirões são propostos pelos caciques com a finalidade de unir a comunidade através do trabalho conjunto, diminuindo o tempo de trabalho necessário para vencer o sapezal e a necessidade de uso de insumos externos.

Devido à indisponibilidade de áreas para abertura do roçado estes são abertos distante das residências, geralmente mais próximos a áreas de capoeira, ou ao lado das residências, ou por de trás dos quintais. Para chegar aos roçados distantes muitos agricultores precisam se deslocar utilizando bicicleta ou com animal de carga, através de trilhas ou palas “rodagens”. Em Barra Velha é muito comum encontrar agricultores se deslocando pela manhã, bem cedo, e retornando no fim da tarde de um dia de trabalho na roça. A área média de roçado é menos de 1 hectare.



Os Pataxó preferem abrir os roçados na mata alta ou no capoeirão, associando o estágio da vegetação com o tipo de terra, deste último são preferidos o barro vermelho e terra preta com barro amarelo, em área de terra alta com pouca inclinação. Hoje em dia, em virtude da proibição de desmatar áreas de mata alta (“mata do Parque”) e da consciência do prejuízo de degradação ao se desmatar capoeiras altas, os Pataxó ficam restritos ao plantio em áreas degradadas, seja em antigos pastos, seja em áreas de sapê e tirirical, ou seja em capoeirinhas.

Está livre escolha, proporcionada em tempos de abundante e densa floresta, não é possível nos dias atuais devido a alta densidade populacional e falta de área de mata e capoeirão no território. Quando a terra era de uso comum e o território mais abundante, o descanso das áreas se estendia por um tempo mais longo, permitindo o descanso do solo.

As técnicas de preparação do terreno são aplicadas de acordo com o ambiente escolhido para o plantio. A roça ao ser aberta em um sapê exige, segundo os Pataxó, o uso da enxada ou do trator, necessário para destocar ervas e arbustos mais difíceis de serem retirados com enxada e para remexer o solo endurecido. Muitas vezes utilizam-se do fogo, antes do trator, para “limpar” o terreno. Após estes processos são aplicados corretivos de acidez (calcário) e adubos químicos, quando adquiridos no mercado ou fornecidos pela Funai e pelo ICMBio¹. Em seguida é feito o plantio das manibas e/ou sementes de outras plantas cultivadas.

¹ ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, responsável execução das ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

O impacto do trator é visível e plenamente conhecido. Os solos tornam-se mais compactos e aquecidos, matando os micro-organismos e matéria orgânica previamente existente nos solos. O uso do trator também é visto como dependência do mercado e das instituições e como motivador de conflitos entre as aldeias. Mesmo cientes dos impactos da mecanização esta é vista como fundamental para a abertura de roça em áreas de sapê. Quando a roça é aberta em capoeira-fina, segue-se os mesmos procedimentos, mas com algumas diferenças fundamentais. Inicia-se o processo de forma manual, com roçagem da capoeira, com posterior queima da vegetação e, a depender do espaço escolhido, ainda se utiliza do trator.

Antes de se colocar o fogo os agricultores são orientados (por brigadistas anti-fogo do ICMBio) a fazerem aceiros afim de impedir que o fogo escape da área proposta para a roça e penetre na floresta. Cabe aos agricultores avisar a brigada ou ao Instituto que irão fazer a roça e apontar o local escolhido. Porém, muitos agricultores não fazem os aceiros de forma correta ou, como ocorre na maioria das vezes, o fogo torna-se incontrolável devido às camadas de sapê e vegetação herbácea que, ao ficarem seca, tornam-se muito inflamáveis, gerando incêndios de enormes proporções.

Assim como antigamente, hoje em dia, depois da colheita a roça é deixada para descansar, uma prática bastante utilizada pelos mais antigos como uma forma de restaurar a fertilidade do solo após um ciclo de cultivo. O espaço passa a se chamar capoeirinha, capoeira nova ou capoeira baixa. É percebida como uma mata bem fechada, com muitas ervas, arbustos e cipós. São identificadas espécies deste estágio da mata como embaúbas, ambará, tiririca, sapê, biriba, arará do mato e vassourinha. O capoeirão ou capoeira alta ou capoeira velha surge com o crescimento da capoeira baixa e corresponde a um tipo de vegetação de maior porte em que o solo já está descansado. As árvores já são maiores e grossas e a mata é mais aberta. São identificadas espécies características como a murta, pindaíba, pupuba, ararana, ingá, louro, paraguai, braúna e sapucaia. Observa-se também a espécies de mata alta como ipê, jatobá, arruda e juçara começando a aparecer.

IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE DE PLANTAS CULTIVADAS

A diversificação nas roças e quintais pelos Pataxó é fundamental para garantir a diversidade de produtos da agricultura, assim como para o controle de pragas, para minimizar as perdas de produção, para a manutenção das relações ecológicas, para o enriquecimento do solo, dentre outros fins.

Os Pataxó identificam, nomeiam e manejam esta riqueza de plantas cultivadas de acordo com os saberes ecológicos locais. Isto pode ser considerado a dimensão cultural na agricultura. As plantas cultivadas seriam “artefatos culturais”. Pode-se considerar os agricultores e agricultoras tradicionais como mantenedores e geradores de diversidade, portanto as políticas públicas e ações de ONG’s devem incorporar suas práticas e saberes nos projetos de desenvolvimento.

Porém, vem sendo ignorada ou escapa a atenção das estratégias de conservação ambiental, a perda de diversidade de plantas nas roças e quintais. A perda de diversidade de plantas cultivadas é um fenômeno global e torna-se grave pela importância para a segurança alimentar das comunidades indígenas. São diversas as causas da erosão da diversidade, porém quase todas ligadas ao desenvolvimento de infraestrutura, da agricultura mecanizada e comercial, aos transgênicos e a expropriação dos indígenas de suas terras. Ressalta-se que as mudanças climáticas podem também influenciar negativamente na diversidade agrícola.

A perda de diversidade agrícola e de variedades tradicionais é percebida pelos Pataxó que lutam para obter e guardar novamente as variedades “nativas” dos “antigos”. A maior parte das variedades “nativas” perdidas pelos Pataxó é de feijão e milho, também relatam perda de variedades de inhame e da espécie de fumo (tabaco), sendo que as duas primeiras espécies são obtidas no mercado ou são doadas pela Funai. Atualmente referem-se às perdas motivadas pela inconstância de manutenção das roças, abertas em áreas de sapê, e pela mudanças no clima.

A forma encontrada localmente para manter a plantas cultivadas é a de cultivar o máximo de espécies e variedades nos quintais, aproveitando-se da fertilidade dos solos nestes espaços. A substituição das variedades locais por variedades melhoradas não adaptadas localmente, corresponde a um dos principais motivos de perda de diversidade.



A percepção da mudança do ambiente e da recomposição do solo pode ser vista nos seguintes relatos,

“Capoeirão pode virar mata, mas ele nunca vai ser mata virgem. Na mata tem madeira dura, em capoeira tem madeira mole. É ararana, ingá, loro, madeira mole. A madeira dura não cresce lá não. No caso do parajú, jatobá, braúna, ipê, então são madeiras duras que não crescem rápido. Sapucaia tem a madeira mole, sobe rapidinho, mas a dura não sobe não. Capoeira, depois de abandonar, vem o araçá do campo o ambará, o alecrim, o tiririca e o sapê, daí uns vão morrendo, outros vão ficando, aí, quem não gosta de sombra, morre.” (Morador da Aldeia Boca da Mata)

O agricultor e a agricultora Pataxó manejam esta mudança da roça para capoeira, tornando o espaço mais produtivo, com a inserção de bens de raiz, e a roça passa a se configurar como um sítio, uma importante prática agroflorestal ancestral. Desta prática, associada aos quintais, surgiram os coqueirais, os dendezeiros e “lugares dos antigos” (onde viviam as famílias Pataxó ancestrais) com mangueiras e jaqueiras. Muitos Pataxó relatam que esta prática de plantio de bens de raiz era realizada anteriormente, quando se abria um lugar e se construíam as casas. Associada às roças temos as mangas ou pasto, que são um lugar aberto onde é plantado capim (braquiária e colonião) que é usado para alimentação do gado.

O piaçaval é um ambiente que se desenvolve nas capoeiras ou em áreas chamadas de carrasco, conhecido por ser uma terra mais dura e seca do que os outros tipos de terra. A piaçava era encontrada com maior frequência na área da aldeia Boca da Mata, porém, devido às queimadas, são raramente vistas em grande quantidade atualmente. Este fator, associado à baixa do preço da piaçava no mercado local, faz com que poucos índios se interessem em trabalhar com o extrativismo desta espécie. A piaçava serve também para fazer a casa e para comer os coquinhos.



A mata

A mata é o ambiente onde predominam as árvores de grande porte. As árvores chegam até 40 metros conformando uma copa bem alta. As espécies indicadoras são juerana, arapati, juçara, jundiba, inhaíba, pau d'óleo, pequi, sapucaia, oiticica, jequitibá, jacarandá, loro, jicuiba, paraju, arruda (percebida como ameaçada de extinção), louro São José, louro branco, louro agulha, louro cedro, louro mutamba, louro casca preta.

Era a mata que dominava o território Pataxó antes da chegada dos fazendeiros, madeireiros e empresas de celulose e suas plantações de eucalipto. Antes abundante, hoje só resta mata na chamada “área do Parque” (do Monte Pascoal e do Descobrimento) e nas pequenas grotas. As grotas são pequenos fragmentos de mata alta ou de capoeira grossa nos fundos dos boqueirões. Apesar de chamarem de mata virgem, poucos acreditam que a mata do Monte Pascoal nunca foi “mexida”. Para os Pataxó a mata era lugar dos antigos e “por onde andamos encontraremos vestígios dos parentes”. Para muitos não existe floresta virgem, pois “todas um dia já foram roça”, como relatam, apontando inclusive algumas evidências, como a presença de plantas indicadoras de atividade de parentes antigos, como as antigas jaqueiras, coqueiros, mangueiras e dendezeiros.

Na mata alta se realiza a coleta de frutos, sementes, cipós e fibras. A mata é o abrigo de diversos animais e das principais caças que eram comumente capturadas pelos Pataxó, como catitu, queixada, tatus, paca, capivara e também da onça. Também se realiza o extrativismo madeireiro para a produção de artesanato (as gamelas), principalmente de paraju (uma prática polêmica que os levam a buscar alternativas para seu encerramento), massaranduba e a biriba, que são consideradas madeira boa. O louro canela é utilizado na construção de porta e janela. O uso de cipós é muito frequente. O cipó mais utilizado da mata é o imbé.

A área da mata com alta concentração da palmeira babaçu é chamado palmeiral, onde a terra é um barro mais seco. Segundo moradores de Boca da Mata, onde tem palmeira a terra é seca, daí decorre a ideia de que a palmeira seca a terra. Esta paisagem é percebida como não apta para atividades agrícolas, tanto para os roçados quanto para os quintais.

A mata do Parque é considerada como área tradicional de uso comum e sagrada, local da força dos Pataxó, morada dos encantados, onde vivem os ancestrais antigos e seres



como o pai da mata e a caipora, que regem as relações entre os Pataxó e os seres vivos das matas. A mata é o lugar que permitiu a sobrevivência dos Pataxó em épocas de fome, como no período posterior ao fogo de 51. Porém, o acesso à “mata do Parque” ainda está sob rígido controle do ICMBio, sem participação efetiva dos Pataxó, como visto neste relato:

“É uma área de preservação, só que nós consideramos nossa terra. Agora, só que pelo respeito que a gente têm pelas mata então a gente diz que é uma área de preservação. Como não fez a demarcação ainda, nós não consideramos como terra indígena. Mas pode considerar como terra nossa.” (Morador da aldeia Craveiro)

Hoje, muitos pataxós buscam proteger a mata ou reconstruí-la, seja participando de projetos de fiscalização e proteção ou de brigadas de combate a incêndios, como as promovidas pelo ICMBio, seja por iniciativas individuais ou coletivas de viveirismo e reflorestamento.

Mussunungas

A mussununga é um ambiente que possui solos arenosos (areia branca ou preta) e pode ser dividida em baixa, alta e campos nativos, devido ao tipo de vegetação e de terra. As madeiras da mussununga baixa não engrossam e a mata é mais baixa em relação à mussununga alta.

Esta paisagem é percebida pelo fraco desenvolvimento das árvores, devido ao solo arenoso. As árvores de mussununga são: araçá no brejo, grauninha, aderno, carrapato, cumumbá, piquiá da bahia, cupuúva e guanandi. São encontradas também a mangaba, o cajueiro e a aroeirinha, três de maior importância econômica para os Pataxó. Na mussununga baixa



não se desenvolvem árvores de maior porte, devido à pouca profundidade do solo arenoso, com a presença de placas de pedras impedindo o crescimento das raízes.

A mussununga também é caracterizada por possuir solos molhados, quando em mata baixa, é considerada local de nascente dos córregos e rios e responsável pela coloração escura das águas.

Os campos nativos são formados por numa vegetação de gramíneas e pequenos arbustos. O coco de buri é uma das espécies encontradas neste ambiente, é utilizado na alimentação. Há quem diga que coco de buri é gostoso, só que tem um segredo com ele.

“A pessoa tem que raspar para tirar a massinha se não ela amarga. “Meu avô falava que não podia levar coco buri pra casa se não chama fome. Vai caçar não acha, vai pescar não acha. Aí tem que comer na mata. Dá coco de buri na mussununga e no sapê” (Moradora de Craveiro)

As restingas, nome que se refere às mussunungas da praia, correspondem a uma vegetação um pouco mais baixa do que a mussununga de mata baixa, apresentando muitos arbustos, com algumas áreas muito parecidas com campos nativos, como nas proximidades de Caraíva. A mussununga da praia é comumente visitada pelos Pataxó para coleta da resina amescla e do capim aruanda, importantes para os rituais de defumação e no awê, quando são misturados e acendidos como incenso ou fumados em cachimbos.



A aroeirinha é coletada em Maio e Junho nas áreas de mussununga, e nos quintais e agroflorestas, quando cultivada. A coleta da aroeirinha mobiliza quase toda a aldeia, principalmente crianças e mulheres durante o período de safra. As mangabeiras são muito apreciadas e são visitadas pelas mulheres que coletam seus frutos e os transformam em doces, polpas e sorvetes.

Brejos

O brejo é a área alagada das lagoas, rios e córregos. Os Pataxó reconhecem basicamente três tipos diferentes de brejo: mata baixa ou mata brejosa, o capim e o taboal.

A mata baixa ou mata brejosa, corresponde a uma floresta pouco alagada, com solo de lama e/ou areia, a vegetação é de porte médio, tendo como espécies indicadoras a cupuúva, aderno, murta, pequiá, araçá, louro, pau pombo, guanandi e mangue sereno. Apresenta muitos cipós como o cipó jequiá, imbé e verdadeiro, este último sendo o mais utilizado nas construções locais. Este ambiente é utilizado para coleta de plantas medicinais e sementes, para extração de madeira e lenha de uso doméstico, e para caça de pequenas aves.

O capim é a área de gramínea do brejo onde o solo é de lama. A espécie capim rabo de peixe é percebida como alimento de capivara, preá e coelho, e só é encontrada nas margens dos córregos.

O taboal é parecido com o capim, porém apresenta alta concentração de taboa, muito utilizada para confecção de esteiras e das tangas, é encontrada nas nascentes dos brejos.

Manguezal, Arrecifes e Praia

O mangue é o ambiente que se encontra próximo à praia na foz dos rios Corumbau e Caraíva. Apresenta solos enlameados e árvores com raízes aéreas. Quanto ao tipo de vegetação, os Pataxó percebem dois tipos de mangue: o mangue de raiz, que é



caracterizado por ter mata grossa e ser enraizado e o mangue apicum, que possui vegetação bem baixa com gramíneas, e é morada do caranguejo guaiaumum.

O mangue é muito importante para a vida cotidiana dos Pataxó, que vão ao mangue pescar peixes e mariscar (caranguejo, aratu, moreia, siri, buzio, ostra). Na “andada” do caranguejo (fenômeno no qual os animais saem de seus abrigos), em Janeiro e Fevereiro, geralmente na Lua cheia, os Pataxó vão mais ao mangue.

O mar é um ambiente regularmente frequentado pelos Pataxó. Alguns Pataxó praticam a pesca marinha. Os principais peixes capturados no período de verão são: curvina, pescada, bagres, arraia, anchova, galo, xaréu, caratinga, sardinha, dentre outros. Já no inverno são pescados guaricema, ariacó, avacora, sargo, frade, cações, dentre outros peixes. As principais artes de pesca utilizadas no mar são as redes tainheira, a caçoeira e a raieira

Os arrecifes marinhos, como o Itacolomis, em Corumbau, são lugares associados à coleta (fachear) do ouriço e do polvo, que é realizada durante a noite.

Importante registrar que muitos Pataxó são cadastrados na associação de pescadores da Reserva Extrativista do Corumbau e demandam embarcações para realizar pescarias em alto mar.

Os peixes e mariscos pescados no mar e nos mangues são para consumo da família, para venda e para troca. É comum os pescadores de Bugigão e Barra Velha, bem como das vilas de Caraíva e Corumbau, presentear parentes de outras aldeias do interior com peixes, mariscos e caranguejos, ou trocarem com conhecidos por produtos da agricultura e dos quintais. Este é um sistema de troca que, segundo relatos, acontece há muitos anos e faz parte da cultura Pataxó.

Rios

Os rios e os córregos são ambientes extremamente importantes, pois além do fornecimento de água aos moradores, servem como ambientes de caça nos brejos e, principalmente, de pesca. O rio também é o local onde moram seres encantados como a mãe-da-água, no qual os Pataxó possuem íntima relação, exigindo certas precauções e condutas para entrar nas águas e realizar as pescarias.

Os principais rios que banham o território são o Caraíva, o Corumbau, o Cemitério e o Jibura (Jiburão e Jiburinha). Além destes, há inúmeros córregos que possuem suas nascentes nas mussunungas, no Monte Pascoal e nas serras como o Gauturama.

O rio Caraíva e o Corumbau são os únicos navegáveis, pois os outros sofrem assoreamento, causado pelo desmatamento da mata dos brejos e das baixadas. Além do assoreamento e do desmatamento das margens e nascentes, os rios e córregos sofrem com a poluição por agrotóxico das fazendas. Os Pataxó percebem que uma das principais atividades que torna os rios mais poluídos e assoreados é o plantio de eucalipto em uma grande área próxima as aldeias Guaxuma e Boca da Mata, impactando o rio Cemitério e o Caraíva. Todos esses problemas são considerados prioritários para todas as aldeias, e seus moradores buscam soluções práticas, como o reflorestamento das nascentes, proibição do eucalipto na Terra Indígena e em seu entorno e a proibição de desmatamento na beira dos rios.

Apesar da percepção geral de que os peixes diminuíram após os desmatamentos e diminuição da vazão dos rios, a pesca é ainda realizada em diversos pontos de pesca ou pesqueiros ao longo dos rios Caraíva, Corumbau e Jibura. Os principais peixes capturados nestes locais são o robalo, jundiá, tainha, marabá, piaba, traíra e corró. Os peixes dos rios servem para o consumo da família.

Geralmente os pescadores pescam sozinhos, mas também podem estar acompanhados dos filhos ou outros membros da família. As principais artes de pesca utilizadas nos rios e córregos são: pesca de mergulho, principalmente para pegar o robalo; e pesca com a rede de malha 3 e 4, que são as mais usadas para robalo e traíra.

Os pescadores também fazem tapagens mais a montante dos rios, como no Jibura. Esta armadilha é feita com bambu e cipó verdadeiro. Para fazer o suru da tapagem usam juçara, bambu ou piaçaba e cipós. A tapagem é feita geralmente com folhas de dendê. Outra arte de pesca comumente utilizada é o jequiá (ou juquiá), utilizado para pesca do corró, traíra, jundiá, marobá e até camarão. Outras artes-armadilhas de pesca utilizadas ainda são o caju, para pegar traíra e o manzuá, que é uma ripa feita de biriba utilizada para pegar pitu e camarão.

Os peixes são pescados durante todo o ano, sendo que cada espécie possui um período de captura específico, influenciado pela época de chuvas e secas. Além disso, o ciclo das marés e as fases da Lua também influenciam a dinâmica da pescaria na região. A influência da maré diária é importantíssima na escolha do horário e do dia da pescaria.

Mãgute: o alimento tradicional

O mãgute, como denominam o alimento e toda a dimensão cultural dos saberes e sabores, significa para os Pataxó a comunicação entre parentes e amigos e também identidade. As narrativas, sementes e alimentos que circulam, no seio do ambiente doméstico ou em espaços comunitários, dão continuidade à produção dos saberes.

Como visto, os Pataxó acessam diversos ambientes. Dos ambientes florestais coletam resinas, fibras, sementes, frutas, óleos e lenha. Dos rios e córregos, quase secos pela total devastação da mata ciliar, conseguem obter a água e os diversos e persistentes peixes que, capturados através de técnicas tradicionais, irão compor o cardápio da família. Dos manguezais, são obtidos crustáceos, peixes e moluscos, deveras apreciados. Todas as aldeias aguardam ano após ano a “época da fartura” dos manguezais, quando os Pataxó que vivem na costa capturam esses animais para a alimentação e trocam com os parentes agricultores de regiões mais centrais. Do mar, vêm os peixes e os camarões, também muito apreciados e importantes na dieta e na culinária indígena. Dos recifes coralíneos obtém-se uma iguaria ímpar: o ouriço-do-mar. Essa fonte ecossistêmica fragilizada e historicamente violada por não indígenas, de biodiversidade e agrobiodiversidade, somada ao conhecimento indígena e os aprendizados com outros povos, gerou uma culinária ímpar, que resiste enquanto elemento identitário pataxó.

Um dos pratos mais tradicionais dos Pataxó, servido em momentos especiais quando há peixes, é a mukeka, ou o peixe assado na folha da patioba, como dizem: “Mukeka é tudo que faz caldo, feito com coco e com dendê” e “Mukeka do Pataxó é na patioba e a mukeka da piaba é a boa”.

Patioba é a folha jovem de algumas palmeiras, principalmente do pati. É necessária, também, a coleta de coco e de dendê para a extração do leite e do óleo, respectivamente. O peixe é limpo, salgado e temperado com urucum em uma bacia ou gamela (de madeira). Em seguida são acomodados na patioba, podendo ser temperados com leite de coco, azeite de dendê e, às vezes, pimenta do reino. Após este procedimento,



o peixe é fechado na patioba, que é amarrada com fibra de embira para os peixes não caírem. Por fim, o peixe envolto na patioba é colocado a assar na brasa, num buraco na terra ou suspenso com duas estacas. Depois de assada, a mukeka é servida com farinha kwiúna ou de puba, considerada a farinha de índio. Antigamente a mukeka tradicional era feita apenas com o peixe assado na patioba e com pouco sal, hoje dependendo do gosto, se faz uso de outros temperos.

Além da farinha, a mandioca fornece diversos subprodutos como a farinha moreninha, com coco e açúcar, beiju de puba, beiju melapança, beiju de rolo, bolo e paçoca de aipim, paçoca. Os beijus só são feitos quando há grande quantidade de tapioca ou massa pubada. O kawī (produzido a partir da fermentação da mandioca) é bebido e serve para dar força durante as manhãs.

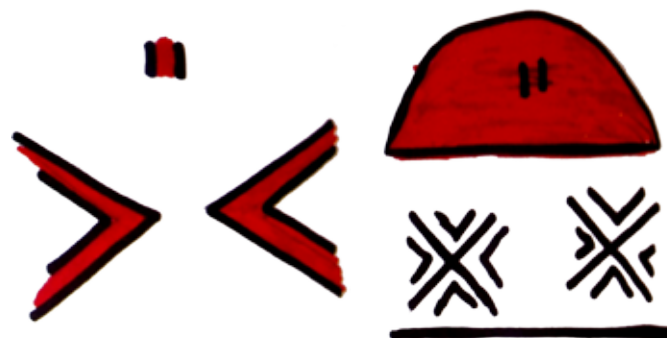
Do ouriço do mar, faz-se o catado. O ouriço é coletado e partido em bandas, retirando-se a gordura. Logo após, é temperado com óleo, sal, cheiro-verde e outros condimentos, e colocado a cozinhar. O segredo do sucesso desse prato é mexer o tempo todo, de preferência com colher de madeira. Do ouriço, também se faz assado. Basta colocar uns pedaços de casca de coco ou de palha seca do coqueiro em cima do ouriço e atear fogo, esperando apagar.

Já os caranguejos são comidos após serem cozidos em água, tempero e sal ou assados na brasa e comidos com kwiúna. Os peixes podem, ainda, ser moqueados na beira da fogueira ou do forno e comidos com farinha.

A relativa invisibilidade da tradição alimentar, em âmbito cultural, econômico e ambiental fez com que esse elemento da vida indígena sofresse um importante revés com a chegada do aparato tecnológico e ideológico da monocultura, nos anos 1990. As máquinas, sementes, adubos e agrotóxicos, vêm consolidando-se. Ao mesmo tempo, dá-se a entrada de alimentos padronizados de baixa qualidade, cerceando o sistema alimentar.

Os Pataxó contam, nas rodas de fogueira e em seus livros didáticos, que antigamente havia muita fartura, associada a uma culinária rica, distribuída, compartilhada. Hoje, diante da escassez, lutam e resistem para manter suas tradições culinárias.





Calendário

O Pataxó possui um modo próprio de perceber o tempo e as mudanças temporais no território. Este saber, para os que praticam agricultura e a pesca, corresponde à construção de um calendário importante para previsões e para demarcar as modificações ao longo do tempo. Conhecimentos fundamentais para redução do nível de incertezas e na realização de boas colheitas e boas coletas. O saber a respeito da temporalidade climática e dos marcadores biológicos e astronômicos era utilizado com mais frequência e continua marcado no “relógio” Pataxó, como visto no seguinte relato:

“Antes não tinha este negócio de horas, mês e ano. A gente nem tinha ideia disto! Eu mesma só fui aprender quando eu trabalhei como ajudante no posto da Funai e os funcionários de lá explicavam. Não sabia que o tempo andava assim. O tempo era marcado pelas Luas, marés e pelo tempo de chuva e verão. O dia nós sabíamos pelo sol, quando ficávamos parados olhando a sombra para saber em que momento do dia era.” (Moradora de Barra Velha)

São duas as estações reconhecidas: o inverno, que é visto como o tempo das chuvas e das cheias das lagoas, rios e córregos, e que vai de Maio a Agosto, sendo este último mês o de chuvas intensas; e o verão, tempo de sol forte e clima seco. Os rios podem secar nesta época e é visto como o tempo do turismo e de ganhar dinheiro com o artesanato. A época mais fria vai de Julho e Agosto, sendo que desde Junho já começam a entrar os ventos de Sul na região. Janeiro é conhecido como o mês das trovoadas e deste mês até Abril também chove, porém em menores quantidades do que no inverno.



CALENDÁRIO ANUAL DO POVO PATAXÓ

(Fonte: Livro Raízes e Vivências do Povo Pataxó nas Escolas, 2005)

A principal baliza para as atividades do ciclo agrícola é justamente o movimento das águas e as estações do ano. A distribuição das práticas agroextrativistas durante o ano obedece precisamente estes ciclos como exemplificado abaixo:

“As roça tem que ser aberta tudo em Janeiro para em Março já tá plantando. O primeiro plantio é em Março, a gente tá plantando lavoura branca que é feijão, milho, mandioca também que a gente planta mais, algumas pessoa usa abacaxi também, melancia. Melancia a gente planta mais é em Novembro, melancia gosta de Sol. No verão tá todo mundo tirando melancia. Lavoura branca é três vezes no ano que dá pra plantar. Planta-se em Março, Abril e Maio, no mês de Julho tá plantando e colhendo, já é outra fase que planta e está colhendo perto do mês de Outubro você já tá colhendo de novo, porque se o camarada vacila aí dá uma chuva e perde todo o feijão. Aí já planta de novo, pra colher no mês de Dezembro. Mandioca é de um ano ao outro, planta em Março aí no outro ano de Março a mandioca tá madura. E tem uma mandioca lá que eu plantei ela no mês de Julho, ela já deve tá madura, já tá quase madura ela, se for planta pra poder fazer farinha já faz.” (Morador de Barra Velha)

Os eventos religiosos e culturais também são importantes no calendário, e geralmente estão relacionados a algum fenômeno biológico ou à alguma prática produtiva. Dia 6 de Janeiro é Dia de Reis. Neste momento ocorrem festejos nas aldeias de Boca da Mata e Barra velha, principalmente. São Sebastião ocorre dia 20 do mesmo mês. O festejo de São Braz ocorre no dia 3 de Fevereiro. Semana Santa é em Março ou no início de Abril. Dia do Índio, dia 19 de Abril. São José ocorre em Abril e São João em Junho. Em Dezembro tem comemoração de Nossa Senhora. As ligações destas datas com os saberes e práticas agroextrativistas podem ser exemplificadas nos seguintes relatos:

“Nos plantamos o milho na época de São José (Abril) para no mês de São João já estar no ponto de colher (Junho).. fazer canjica, come milho assado na fogueira.”

“O caranguejo é o ano todo, mas tem a época de andada. Janeiro tem duas andada, uma delas é no São Sebastião, uma outra andada é na Semana Santa.”

O período de coleta de vegetais na mata, no brejo e nas mussunungas obedece aos períodos de floração e de frutificação de cada espécie. Muitas vezes a coleta

é intensificada para a produção de artesanato ou para venda de sementes, como no caso da aroeirinha. Nestes períodos muitas famílias se dedicam à coleta de sementes da mata tendo o pensamento voltado para os atravessadores e para o crescente mercado turístico.

O turismo corresponde a um marcador temporal contemporâneo. No período das férias, que corresponde ao verão na região ou em Julho, muitos turistas advindos dos sete cantos do Brasil e de outros países “invadem” a região. Os Pataxó ficam durante o ano todo se preparando para este momento, produzindo colares e outros artefatos. No verão, muitas pessoas se dedicam integralmente à atividade de produção artesanal e venda nas vilas litorâneas. Muitas famílias e jovens das aldeias do Monte Pascoal vão a Coroa Vermelha, em Porto Seguro, para vender seus produtos. Há venda permanente de artesanato nos quiosques na beira da BR-101 e na sede da aldeia Pé do Monte.

As fases da Lua são indicadoras precisas para a agricultura pataxó. Os agricultores, dos mais velhos aos mais jovens, tradicionalmente utilizam os saberes sobre os ciclos lunares para plantarem, colherem e coletarem no momento correto. A prática de se esperar a Lua boa para plantar é bem comum, e desobedecer esta regra é fato raro, pois significa a perda total da plantação.

O reconhecimento das fases da Lua leva em consideração o quadrante que ela surgiu no céu, o momento que surge e o tamanho do disco lunar. Sabe-se que de sete em sete dias, em média, ela vai passar para uma nova fase. A Lua desta forma passa da Lua nova, para crescente, depois para a cheia ou caruda e por fim para a minguante. A Lua da fase exerce mais influência três dias antes e três dias depois do dia da força da Lua, momento em que a sua influência é mais forte.

A influência da Lua nas atividades de coleta de animais no mangue pode ser exemplificado nos seguintes relatos,

“Na Lua cheia planta, colhe marisco, na Lua cheia e quando a maré está enchendo. Tiramos a maré pela Lua”

“Coletam Ouriço nas pedras, quando é noite de Lua cheia. Coletam também outras conchinhas, mariscos, caranguejo e polvo”

Os relatos da influência da Lua nas atividades agrícolas,,

“Tem que ter muita experiência neste lado, veja só. Aqui você tem que plantar por Lua, por maré, por mês. Se plantar na crescente, agora só dá a mandiba e



não dá raiz, não carrega. Na crescendo pra cheia. Na cheia pra minguante a mandiba fica baixinha e carrega, a força vai para a raiz. Já o milho é no crescente. Dá alta e dá espiga. No escuro planta feijão, milho, cana, pois se plantar agora e nascer no claro a lagarta come tudo por dentro. Tem que plantar para nascer no escuro. Por exemplo. Você plantou e tá perto de ser escuro e você planta ele, em três dias ele já nasceu no escuro aí sobe, já não dá bicho. Quando chega no claro já está fora da terra. Igualmente a mandiba, o mês que planta é Janeiro, Março, Junho e Julho, que tá no tempo”

“E tem de época. Hoje você não pode usar da tecnologia para mudar as coisas que deus fez. Tem que usar as quadra de plantio, as Luas. Eu sigo o tempo dos velhos. Planto na Lua certa. Que é no escuro, não dá praga, não dá nada. Mandiba é na crescente, saindo da nova. Tudo que planta no claro dá praga. Na minguante não dá nada. Feijão e milho planta três dias antes ou três dias depois da nova, tem que nascer em cima da nova. Aá não dá praga. Até para podar árvore tem que podar na nova.”

“A Lua tem que tá longe da terra, que é no escuro, para os insetos não virem. Usamos tecnologia antiga e não moderna. Nós que não temos tecnologia de irrigação, agrotóxico, adubo, usamos a tecnologia dos antigos. São coisas totalmente diferentes”.

Os saberes locais sobre o tempo muitas vezes se chocam com os programas dos governos, que possuem outros tempos e desconhecem a realidade ecológica e cultural da região, como visto no seguinte relato:

“Aqui chega feijão, de fora estas coisas e muitas vezes não chega na estação certa, têm as Luas, a maré, tudo isto. Tem que saber para plantar. Aí não dá nada, como no meu roçado e no do vizinho aqui, que perdeu todo feijão que plantou, que secou com o Sol, aí dizem que somos preguiçosos. Nos dão as sementes, aí vem o fiscal de fora para cobrar. Aí não vê nada e acha que nós não produzimos, mas na verdade, lá fora, eles que não sabiam daqui, este é o problema.”

Atualmente, um dos temas mais debatido em toda sociedade global diz respeito ao aquecimento global e consequentes mudanças climáticas. Os Pataxó percebem mudanças ocorrendo nas estações do ano e diante disto estão começando a

compreender o impacto destas mudanças climáticas no movimento das águas e na vida das plantas e animais. Vamos apresentar apenas algumas frases que possam indicar estas percepções:

“Mas a gente já tem a base do dia que vai chover. Por exemplo, em Março, todo mundo esperou a chuva, mas não desceu. Aí foi a hora de plantar feijão e tudo mundo plantou feijão, milho, pra dar em Junho, pra comer milho na fogueira. Mas aí não nasceu ninguém e foi onde perdemos a semente. Foi por causa do Sol forte, que não choveu. Tem uns trinta e tantos anos que eu não vejo uma coisa dessas, este negócio de verão virar inverno e inverno virar verão, nunca vi um negócio desses!”









PLANO DE GESTÃO

Tema: TERRITÓRIO

Território foi a primeira temática levantada e debatida, além de ter sido considerada a ponte para todas as demais.

Um dos principais pontos discutidos e levantados foi com relação à questão da demarcação territorial, visto que esperam a resolução e a finalização de todo o processo de revisão dos limites da Terra Indígena Barra Velha que vem se arrastando há anos. Acreditam que sem a resolução desta problemática todas as demais temáticas levantadas estarão comprometidas.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) REVISÃO DOS LIMITES DA TI BARRA VELHA

AÇÕES

- Manter a mobilização.
- Funai deve discutir e encontrar com a comunidade os meios necessários para, dentro de um curto prazo, assinar a carta declaratória da TI.
- Buscar apoio e mobilização junto à prefeitura e ao governo estadual.

2) FORMAS DE APOIAR AS COMUNIDADES INDÍGENAS DO ENTORNO: CAHY-PEQUI, ENTRE OUTRAS

AÇÕES

- Realizar reuniões e dar apoio moral e físico às suas necessidades.
- Auxiliar na organização de seus movimentos.
- Enviar documentos reivindicatórios para os órgãos responsáveis solucionarem os problemas.

3) FISCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (INCLUINDO A “MATA DO PARQUE”)

AÇÕES

- Buscar parceiros (prefeituras, ICMBio) para contratar e capacitar um indígena em cada aldeia do território, equipado com meios de comunicação com o ICMBio e a Funai, para monitorar e fiscalizar queimadas, desmatamentos, intrusão de não índios, etc.
- Buscar parceiros para a construção de guaritas em pontos estratégicos do território, tendo indígenas fiscalizando e monitorando o território, equipados com sistema de comunicação com a Funai e ICMBio.
- Instituir e capacitar equipe de fiscalização móvel, constituída por funcionários da Funai e indígenas, para o monitoramento e fiscalização de todo o território, e apoiar os indígenas envolvidos nas ações anteriores.
- Além da capacitação para os indígenas que trabalharão diretamente na fiscalização, deve haver capacitação também para outros indígenas voluntários, para que possam atuar como seus auxiliares.
- Conscientizar toda a comunidade para a questão da fiscalização do território.

4) OCUPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS NOVAS ÁREAS DE REVISÃO DO TERRITÓRIO

AÇÕES

- A fiscalização, o monitoramento e a preservação devem ser responsabilidade de toda a comunidade, sendo que a administração fica na responsabilidade do Conselho de Caciques, que se reunirá para dar soluções aos problemas que surgirem dentro do território.

5) USO DO EUCALIPTO

AÇÕES

- Cobrar projetos de compensação, recuperação e preservação pelo uso e desgaste do solo na TI, bem como reflorestar toda a área e as nascentes que ficaram prejudicadas em consequência da plantação de eucaliptos (algumas áreas de plantação estão dentro dos limites de revisão da TI).

6) MORADIA DE NÃO-ÍNDIOS DENTRO DA TERRA INDÍGENA

AÇÕES

- Cada aldeia discutirá dentro do seu regimento interno.
- Trabalhar muito com a conscientização nas comunidades com relação ao casamento entre indígena e não indígena. Foi proposto realizar encontros de jovens indígenas nas aldeias dentro do calendário festivo.

7) CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA PARA AUXILIAR NA GESTÃO DAS TERRAS INDÍGENAS BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS

AÇÕES

- Constituir uma associação para gerir as TIs, a partir deste Plano de Gestão.
- Elaborar um regimento geral para as TIs e regimentos internos para cada aldeia.

8) SOBREPOSIÇÃO DA TI COM O PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL

AÇÕES

- Reelaborar a gestão compartilhada entre indígenas, ICMBio e Funai, com poderes paritários (iguais) aos três segmentos.
- Participação no Conselho do Parque, mas com poder deliberativo, ou seja, poder de decisão e voto.
- Participação indígena efetiva na elaboração do plano de manejo do Parque e incorporação do Plano de Gestão e Etnomapeamento Pataxó neste manejo.

*** Possíveis parceiros sugeridos para esta temática:** Comunidades, Funai, ICMBio, Prefeituras, Governo Estadual e Federal.



Tema: **PRESERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL**

A temática Preservação e Uso Sustentável sempre esteve presente na pauta dos debates e questões sobre a gestão do território entre os Pataxó, principalmente, e, também, diante dos conflitos e acordos que envolvem a problemática da sobreposição entre o Parque Nacional do Monte Pascoal e suas aldeias.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) ÁREAS DEGRADADAS

AÇÕES

- Criar mudas nativas através de viveiros.
- Reflorestar as áreas degradadas com o apoio de parceiros (CEPLAC, ICMBIo, ONGs e outros).
- Ter mais agentes e fiscais indígenas ambientais e que sejam com contratos permanentes, parcerias através do governo (estadual e federal).

2) DESMATAMENTO, SECA DAS NASCENTES E ASSOREAMENTO DOS RIOS

AÇÕES

- Preservar as nascentes, não desmatando e não queimando as áreas das nascentes.
- Recuperar as nascentes com a plantação de mudas nativas.
- Fiscalizar, com apoio da Funai e ICMBIo, contra o desmatamento.
- Observar os impactos ambientais (nascentes, desmatamentos) no entorno das TIs, conscientizar as pessoas que estão causando danos e buscar medidas e ações junto aos órgãos ambientais. Ter cautela no momento da denúncia.

3) ARTESANATO DE MADEIRA (ENCONTRAR SOLUÇÕES)

AÇÕES

- Esta problemática está vinculada, também, à questão da revisão da TI.
- Criar projetos sustentáveis para se ter alternativas ao artesanato de madeira, bem como buscar outras matérias-primas para o artesanato (fibra de piaçava e de, côco, sementes, pati, madeira morta, etc.).

4) MANGUES

AÇÕES

- Preservar, e não permitir a invasão e o uso predatório dos manguezais.
- Não permitir jogar lixo nos manguezais.
- Evitar pegar as fêmeas de caranguejo e guaiamum na época da desova.

5) INCÊNDIOS FLORESTAIS E QUEIMADAS DESCONTROLADAS

AÇÕES

- Processos de conscientização dentro da própria comunidade.
- Buscar, através da Funai e outros parceiros (prefeituras, ICMBIo), a contratação permanente de brigadistas.
- Adquirir veículos para os brigadistas realizarem o combate e a prevenção/fiscalização das queimadas.
- Modificar o sistema atual de brigadistas, pois ele não pode ficar sozinho na mata.

6) POLUIÇÃO POR AGROTÓXICO (PRINCIPALMENTE, EM CONSEQUÊNCIA DAS PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO DA VERACEL)

AÇÕES

- É necessário orientação técnica e projetos de capacitação para que os indígenas possam lidar com a poluição deixada pelas plantações de eucalipto.

7) A QUESTÃO DO GADO

AÇÕES

- Pensar na problemática do gado com relação aos aspectos prejudiciais aos rios, córregos e mangues. Respeitar as matas ao redor dos córregos.
- Evitar a abertura de mais pastos.
- Debater sobre a questão do gado, principalmente, diante da revisão dos limites da TI.

***Possíveis parceiros sugeridos para esta temática:** Comunidades, Funai, Prefeituras, governos Estadual e Federal, CEPLAC, ICMBIo, ONGs.



Tema: HABITAÇÃO

A temática Habitação foi levantada devido às dificuldades enfrentadas pelos Pataxó com relação à estrutura física de suas casas e do saneamento básico, além da precariedade das vias de acesso e comunicação. Os indígenas entendem que a qualidade de vida nas TIs está relacionada diretamente a estes aspectos.

Em alguns pontos, a questão fundiária influencia diretamente, pois alguns programas governamentais dependem da regularização territorial para definirem beneficiários, por isso existem dentro das TIs aldeias que estão contempladas por tais programas, enquanto outras ficam de fora, gerando dessemelhanças.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) MORADIAS DE BOA QUALIDADE

AÇÕES

- Reivindicar junto à Funai agilidade diante do processo de revisão dos limites da TI, para que todas as comunidades tenham acesso ao programa estadual de habitação, bem como buscar aumentar o número de indígenas contemplados nas áreas que já foram beneficiadas (ou as que virem a ser).
- Agilizar a regularização do abastecimento de água, para que todas as casas tenham acesso ao programa de construção de banheiros realizado pela FUNASA
- Construir estruturas para as crianças: praças, aparelhos de diversão, etc.
- Todo projeto para a construção de moradias dentro das aldeias, deve ser debatido com a comunidade, com o acompanhamento da Funai.

2) TELEFONIA

AÇÕES

- Cobrar da Funai e FUNASA atuação junto à Telemar e ANATEL para que sejam realizadas constantes manutenções nos telefones públicos das aldeias.

- Reivindicar junto à Telemar e ANATEL a instalação de um telefone em cada posto de saúde das TIs.
- Reivindicar junto à Telemar e ANATEL para que sejam disponibilizadas condições para a telefonia fixa em todas as aldeias, e solicitar a modificação nos critérios atuais para disponibilização, visando disponibilizar, de forma ampla, linhas telefônicas.
- Instalação de telefones públicos nas aldeias.

3) SANEAMENTO BÁSICO

AÇÕES

- Buscar junto à FUNASA a implantação de um programa de saneamento básico em todas as aldeias.

4) ESTRADAS, MANUTENÇÃO E PONTES

AÇÕES

- Buscar junto à Funai e às prefeituras municipais, a recuperação e manutenção das estradas de acesso às comunidades indígenas da região, inclusive com o encascalhamento e construção de pontes quando necessário. Exemplo: Ponte aterro do Córrego Café/Cavaquinho da aldeia Corumbauzinho, entre outros.

5) ENERGIA ELÉTRICA

AÇÕES

- Cobrar da Funai atuação junto ao Governo Federal para a implementação do Programa “Luz para Todos” em todas as aldeias. Exemplos: Corumbauzinho, Pé do Monte e outras.

*** Possíveis parceiros sugeridos para esta Temática:** Comunidades, Funai, SESAI, FUNASA, ANATEL, Prefeituras, Governo Estadual e Federal.



Tema: EDUCAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CULTURA

A temática Educação e Fortalecimento da Cultura foi a de maior número de problemáticas e ações levantadas, o que demonstra a preocupação dos Pataxó com a formação escolar das crianças e com o fortalecimento da cultura Pataxó, ou seja, o futuro da própria comunidade.

Foi pontuada a necessidade de uma maior organização dentro da própria comunidade para lidar com as questões da educação, conscientizando a todos que a escola é patrimônio da comunidade.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS

AÇÕES

- Levar a demanda da condição das estruturas físicas das escolas ao conhecimento do Estado e dos municípios. Possíveis parceiros: Estado e Municípios.
- Cercar a escola com alambrado ou tela para proteção. Não é um muro. Capacitar as pessoas que trabalham com segurança na escola. Colocar grades nas janelas e portas nas escolas.
- Laboratórios específicos para trabalhar as disciplinas (química, física, ciências).
- Criação de uma estrutura para um Museu na escola, com objetos antigos e recentes que sirvam de incentivo à cultura.
- Construção de um centro na escola para formaturas e reuniões.
- Construir quadras poliesportivas e adquirir materiais necessários às práticas esportivas.
- Perfurar poços artesianos nas escolas indígenas. Parceria: prefeitura, estado e associações indígenas.

2) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA

AÇÕES

- Buscar apoio e execução de política pública para melhorar a qualidade da educação escolar indígena. - Parceiros: municípios, estado, MEC.
- Reivindicar vale transporte para os professores que ministram aulas em outras aldeias.
- Reivindicar um piso salarial específico indígena, definido a partir das atividades dos professores e demais profissionais da educação nas TIs e não a partir de tetos municipais, o que gera desigualdades.

3) UNIDADES EXECUTORAS NAS ESCOLAS INDÍGENAS

AÇÕES

- Criar unidades executoras nas escolas (autonomia administrativa e financeira). Aldeias que ainda não possuem: Cassiana, Jitaí, Aldeia Nova, Pé do Monte, Craveiro e Pará, e outras. Ação prioritária para as aldeias citadas. Parceiro: comunidade e Funai.

4) FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES INDÍGENAS E ACESSO E PERMANÊNCIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E PARTICULARES

AÇÕES

- Dar continuidade, apoio e viabilizar recursos para a formação continuada de professores indígenas, sobretudo, na faculdade, visando a sua especialização. Possíveis parceiros: Funai, Secretaria de Educação estadual e MEC.
- Garantia do direito em receber ajuda de custo, para os professores que estão cursando faculdade.
- Buscar convênios e parcerias com as Universidades para garantir condições de permanência dos estudantes e professores/estudantes nas Universidades.
- Acompanhamento e divulgação das lideranças sobre as oportunidades de estudos universitários na região.
- Compromisso das lideranças em não emitir declarações de reconhecimento da identidade Pataxó para não indígenas.

- Buscar apoio aos programas de incentivo ao ensino superior, para entrada (divulgação dos processos seletivos, inscrição dos alunos pela Funai, etc.) e permanência do estudante indígena nas universidades públicas e particulares. Parceiros: Funai, governo federal e estadual.
- Reivindicar apoio maior da Funai e SESAI para os estudantes que estão fora da aldeia, tanto na questão de recursos, quanto na questão da assistência a saúde.
- Fortalecer (ampliar vagas, maior participação) a UNEB que já oferece o curso de licenciatura indígena, bem como o IFBA e outras Universidades.

5) SEGURANÇA DAS ESCOLAS INDÍGENAS

AÇÕES

- Maior participação da comunidade na escola nesta questão, mostrando a responsabilidade de todos na segurança da escola e dos filhos; a escola não pode ser responsabilidade só do professor e do vigia. - Possíveis parceiros: comunidade.

6) EVENTOS CULTURAIS NAS ESCOLAS E COMUNIDADE INDÍGENAS

AÇÕES

- Buscar apoio à promoção de eventos culturais nas comunidades. Parcerias: comunidade e Funai.
- Inserir os mais velhos e anciões em sala de aula para ensinar os costumes, valorizando e dando prioridade ao conhecimento dos mais velhos, os grandes conhecedores da tradição.
- Divulgar a cultura e história Pataxó para a comunidade, não ficar restrito somente à escola.
- Mobilizar os professores para que busquem os mais velhos, conhecendo assim as tradições Pataxó, e que sejam preparados para lidar com os temas da cultura.

7) ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS INDÍGENAS

AÇÕES

- Buscar apoio, regularização e ampliação do atendimento do ensino médio nas escolas indígenas. Parceiros: estado.

- Apoio maior no ensino médio que é feito pela prefeitura, pois é preciso contratação maior de professores.

8) MÓVEIS, MATERIAIS ESCOLARES E DIDÁTICOS, DE ESPORTE E LAZER PARA AS ESCOLAS

AÇÕES

- Adquirir móveis e materiais diversos (bebedouros, arquivos, quadros branco, carteiras, mesas, armários, datashow, computadores, telefone fixo, fax, carteiras para canhoto, cadeiras, filtros, materiais de cozinha, ventiladores, etc.) para todas as escolas indígenas localizadas nas TIs. Possíveis parceiros: municípios, estado.
- Adquirir material didático, esportivo e permanente. Parceiros: prefeituras.
- Observar a questão dos jogos indígenas: mais apoio na logística e na parte financeira, pois existe muito potencial; ampliação das ações que já são realizadas nas aldeias e implantação de novas. Parceiros: empresa, Funai, secretaria de cultura, estado e prefeituras.
- Buscar apoio à confecção do material didático de professores e alunos. Parceiros: município, estado e Funai.

9) HORTAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS

AÇÕES

- Implantar o projeto horta na escola das aldeias onde não existe, e fortalecimento dos existentes, com o objetivo de incrementar a merenda escolar e disseminar a cultura da agroecologia. Possíveis parceiros: município, estado, ONGs.
- Buscar capacitação periódica na questão da horta na escola, para ter maior estímulo.
- Implantar hortas escolares nas escolas indígenas que ainda não as têm, através do projeto “Educando com a horta escolar” (FNDE\FAO).
- Participação dos agentes agroecológicos na implementação das hortas.

10) TRANSPORTE ESCOLAR DAS ALDEIAS INDÍGENAS

AÇÕES

- Reivindicar a aquisição de veículos novos para as escolas. Parceiros: municípios, estado e comunidade.

11) CURSOS PROFISSIONALIZANTES E TECNOLÓGICOS

AÇÕES

- Viabilizar cursos profissionalizantes e tecnológicos para as aldeias. Possíveis parceiros: municípios, estado, MEC, SEBRAE, IFBA, UNEB, SENAC, SENAR, Sindicato dos trabalhadores rurais.

12) CRIANÇAS E ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZADO (MENTAL, VISUAL, AUDITIVA, FÍSICA E OUTRAS)

AÇÕES

- Reivindicar atendimento especializado para atender crianças com dificuldade no aprendizado. Parcerias: lideranças, gestores e associação escolar comunitária.
- Contratar psicólogos e outros profissionais para as escolas, porque existem crianças diferentes, nem todas crianças são iguais. Há diferença de aprendizado entre as crianças.
- Capacitar os professores para lidar com as crianças que apresentam deficiências.

13) CONCURSO PÚBLICO ESPECÍFICO E DIFERENCIADO VALORIZANDO A ESPECIFICIDADE, COSTUMES E TRADIÇÕES INDÍGENAS: CATEGORIA PROFESSOR INDÍGENA

AÇÕES

- Pressionar pela implementação da categoria professor indígena já aprovada pelo estado da Bahia.

14) MERENDA DAS ESCOLAS INDÍGENAS

AÇÕES

- Revisar a logística, qualidade, quantidade e natureza da merenda das escolas indígenas que está chegando nas escolas em quantidade insuficiente, atrasada e/ou com produtos estragados, além de alguns alimentos não serem condizentes aos hábitos alimentares das comunidades. Possíveis parceiros: municípios, estado.
- Reivindicar a presença constante da nutricionista nas aldeias para a questão da merenda escolar.

- Buscar participação das comunidades no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Parceiros: Funai, prefeituras, MDA. Buscar conhecer o programa (regras, legislação etc.).

15) EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA: PROGRAMA E MATERIAIS

AÇÕES

- Implantar o programa de educação infantil indígena (séries iniciais) e específico em todas as escolas indígenas, com aquisição de equipamentos e material didático. Parceiros: município, estado.
- Debater e detalhar bem a questão do programa de educação infantil, pois não deve ser algo imposto e sem discussão com a comunidade.
- Adquirir mobiliário específico para a educação infantil. Parceiros: municípios e Estado.
- Inclusão da turma de creche nas escolas indígenas.

16) EDUCAÇÃO AMBIENTAL E VIVEIROS DE MUDAS NAS ESCOLAS INDÍGENAS

AÇÕES

- Fomentar o projeto de educação ambiental e viveiros de mudas nas escolas indígenas e/ou continuidade do projeto de educação ambiental nas escolas. Parceiros: município, estado, comunidade.

17) PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA ELABORADA PELAS ESCOLAS INDÍGENAS (LDB ART. 79)

AÇÕES

- Reivindicar o cumprimento do artigo 79 da LDB. Parceiros: comunidade e escola.

18) CAPACITAÇÃO E REUNIÕES DE GESTORES DA EDUCAÇÃO

AÇÕES

- Buscar apoio e assistência para as viagens de capacitação e reuniões. Parceiros: Funai e município.

19) INTERNET

AÇÕES

- Implantar internet nas aldeias (escolas e centros culturais) pelos meios possíveis. Parceiros: municípios, estado e Funai.

20) ENSINO SUPERIOR NAS ALDEIAS

AÇÕES

- Criar ensino superior indígena no território. Parceiros: governo do estado e Funai.

21) PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

AÇÕES

- Implantar e ampliar EJA e PROEJA em todas as aldeias. Possíveis parceiros: municípios, estado.

22) CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

AÇÕES

- Reivindicar, principalmente das lideranças e dos gestores da educação. Parceiros: estado, comunidades e lideranças.

23) DISCIPLINA PATXOHÃ NO CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA

AÇÕES

- Fortalecer e/ou incluir a disciplina patxohã no currículo escolar. Parceiros: comunidade, município, estado.
- Patxohã não deve ser só o ensino da língua, mas, também, o ensino da cultura Pataxó como um todo.

24) ENSINO FUNDAMENTAL II

AÇÕES

- Implantar Ensino Fundamental II nas aldeias que ainda não possuem. Parceiro: municípios, estado.

25) CURSO MÉDIO INTEGRADO EJA E REVISÃO DA METODOLOGIA DO EJA PARA OS POVOS INDÍGENAS, AFIM DE REDUZIR OS ÍNDICES DE EVASÃO

Ações

- Implantar o PROEJA de acordo com a demanda de cada comunidade e revisão da sua metodologia. Parceiros: estado.

26) CENTROS CULTURAIS

Ações

- Buscar viabilizar pontos de cultura nos centros culturais e fortalecer com ações, atividades e envolvimento da comunidade nos centros de cultura Pataxó.

***Possíveis parceiros sugeridos para esta Temática:** Comunidades, Funai, MDA, MEC, SEBRAE, IFBA, UNEB, SENAC, SENAR Prefeituras, governos Estadual e Federal.



Tema: AGRICULTURA

A temática da Agricultura é um dos pontos fundamentais entre os Pataxó, pois representa uma das formas vitais de vivência do grupo, assim como um caminho econômico alternativo frente ao artesanato de madeira e para recuperação do solo e das sementes.

Os Pataxó enfrentam algumas dificuldades dentro desta temática, principalmente no tocante à questão fundiária, visto a necessidade urgente de ter o processo de revisão dos limites definido para que possam exercer a prática da lida com a terra com plenitude.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) FALTA DE TERRA

AÇÕES

- Agilizar o processo de revisão dos limites da TI.
- Maior união da comunidade.
- Fazer reuniões e procurar os parceiros de trabalho.
- Levar as informações ao conhecimento da justiça através de documentos.
- Possíveis parceiros: Funai, CIMI, Governo do Estado, organizações indígenas.

2) TÉCNICO AGRÍCOLA

AÇÕES

- Realizar curso simplificado de técnico agrícola em todas as comunidades.
Possíveis parceiros: EBDA, CEPLAC, SENAR, e ONGs.
- Estabelecer convênios com os colégios agrícolas da região para a realização do curso técnico em agropecuária. Possíveis parceiros: MEC.
- Apoio para trazer para as aldeias curso de técnico agrícola de Teixeira de Freitas ou Ilhéus, bem como de outros locais.

- Criar ensino médio técnico e profissionalizante nas aldeias.

3) CONSCIENTIZAÇÃO E ABERTURA DE ROÇAS. AGENTES AGROFLORESTAIS E TRADICIONAIS

AÇÕES

- Buscar orientação dos brigadistas e comunidade para a abertura das roças, com relação ao aceiro e as queimadas controladas. Buscar realizar a queimada para a abertura de roças a partir das 16:00 ou 17:00 horas.
- Buscar abrir roças em áreas já degradadas como sapezal, capim, tirirical, e não capoeira que já está reflorestando.
- Apoiar os agentes agroflorestais já formados (buscando intercâmbios com outras experiências, aquisição de mudas e sementes). Promover a formação de novos agentes agroflorestais e unir com os já conhecedores tradicionais das formas de plantio Pataxó.
- Realizar mutirões de plantio com a participação de toda a comunidade.
- Realização de cursos com a comunidade pelos agentes agroflorestais e conhecedores tradicionais de plantio. Parceiros: UNEB, ONGs, CEPLAC, ICMBio e Funai.

4) COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

AÇÕES

- Construir um selo ou marca para os produtos indígenas. Buscar parcerias.
- Capacitação para criar produtos de qualidade.
- Abrir espaços e parcerias para a comercialização dos produtos indígenas nas cidades (feiras, comércio etc.).
- Um espaço de beneficiamento para os produtos indígenas.
- Organização dos produtores para a venda ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).
- Adquirir 5 a 6 caminhões para o escoamento do produto agrícola. A possibilidade é viabilizar projeto em nome da associação e enviar ao Governo do Estado.

5) VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

AÇÕES

- Informar-se com os idosos e com os agricultores.
- Fazer livro de agricultura tradicional Pataxó.
- Estabelecer formas de controle interno para proteger os conhecimentos tradicionais (como os remédios tradicionais), com relação aos pesquisadores e as instituições que trabalham na região.

6) CRIAÇÃO DE PEIXES, AVES E PRODUÇÃO DE MEL

AÇÕES

- Estudar o local, fazer a estrutura, conseguir alevinos. Capacitar a comunidade para lidar com a criação de peixes (como funciona todo o processo de cuidado e comercialização, quem irá cuidar, como será mantido). Parceiros: comunidade, Funai, CEPLAC, prefeituras, MDA, Veracel, Universidades, Ministério da Pesca e Aquicultura.
- Criação de abelhas com ferrão e sem ferrão. Ampliar as experiências já existentes, buscar parcerias para a estrutura e materiais. Capacitar a comunidade para lidar com a criação de abelhas (como funciona todo o processo de cuidado e comercialização, beneficiamento, como será mantido).
- Buscar projetos de criação de aves (galinha caipira). Ter cuidado com as galinhas que adoecem (utilizar remédios como: óleo de copaíba na água, planta pariri na água, pó de café, leite, entre outras práticas tradicionais que devem ser ensinadas para aqueles que irão lidar com a criação).

7) SEMENTES TRADICIONAIS

AÇÕES

- Buscar sementes dentro do território e em outros territórios. Possíveis parceiros: Comunidade, Funai (fazer correspondência para trocar com outros povos indígenas), ICMBio, EMBRAPA e ONGs. Depende do transporte animal.
- Criação de um banco de sementes (ressaltar a importância das mulheres no processo de guardar as sementes). Parceiros: Carteira Indígena e outros.

8) IRRIGAÇÃO NA AGRICULTURA

AÇÕES

- Elaborar projeto para conseguir equipamentos.

9) CERCAR OS ANIMAIS DE CRIAÇÃO

AÇÕES

- As pessoas que tiverem animais devem cercá-los para proteger as roças existentes nas aldeias. Conscientizar toda a comunidade.

10) TRATOR

AÇÕES

- Ações para a manutenção dos tratores: ferramentas, combustível e capacitação técnica.
- Adquirir trator de esteira.

11) EMPOBRECIMENTO DO SOLO

AÇÕES

- Buscar técnico para analisar o solo. Parceiro: Apoio técnico da Funai e demais órgãos governamentais.
- Plantar leguminosas: procurar, colher e plantar sementes. Parceiro: Comunidade, Funai, ICMBIo e ONGs.
- Implantar sistemas agroflorestais.

12) ATAQUES DE INSETOS

AÇÕES

- Aplicar e buscar alternativas de combate às pragas (exemplos: folha da janaúba, fava de cobra, água de massa de mandioca no combate à formiga).

13) MONOCULTURA

AÇÕES

- Manter a roça tradicional diversificada e agroflorestas.

14) HORTA NAS ESCOLAS (E FAMILIAR)

AÇÕES

- Fazer horta nas escolas, bem como apoiar as já existentes.

15) MULHERES E AGRICULTURA

AÇÕES

- Capacitação para as mulheres na questão da agricultura e agrofloresta.
- Apoio na organização das mulheres no tocante à questão da agricultura.

16) FARINHEIRAS

AÇÕES

- Construção de farinheiras nas aldeias, manutenção das já existentes.
- Construir espaços para o armazenamento da produção.

17) COLETA, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PLANTAS NATIVAS (AROEIRINHA, DENDÊ, CÔCO MANGABA, CAJU, ENTRE OUTRAS)

AÇÕES

- Local para armazenar e beneficiar a planta (polpa).
- Buscar formas de distribuir os produtos.

***Possíveis parceiros sugeridos para esta Temática:** Comunidades, Funai, CEPLAC, UNEB, prefeituras, MDA, Universidades, Ministério da Pesca e Aquicultura, ICMBio, EMBRAPA e ONGs.



Tema: SAÚDE E MEDICINA TRADICIONAL

As discussões sobre a temática Saúde e Medicina Tradicional também ganharam destaque entre os Pataxó, principalmente diante das situações enfrentadas, tanto no que tange à infraestrutura nas aldeias, quanto na logística de atendimento nas aldeias e nas cidades. Preocuparam-se em enfatizar a ampliação do uso da medicina tradicional e a valorização desses saberes.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) POSTOS DE SAÚDE: CONSTRUÇÕES, EQUIPAMENTOS E PESSOAL

AÇÕES

- Conseguir equipamento odontológico, medicamentos, maca, estrutura para recepção e atendimento de urgência.
- Aumentar e capacitar os recursos humanos. Parceiros: SESAI.
- Construção de Postos de saúde.
- Reivindicar a criação de equipes de saúde volante, com profissionais da saúde que visitem as aldeias e que realizem exames na própria comunidade.
- Cobrar para que os médicos permaneçam por mais tempo em cada aldeia.
- Contratar mais agentes de saúde nas aldeias e capacitar os já existentes.
- Melhorar o salário dos agentes de saúde.

2) TRANSPORTE

AÇÕES

- Buscar, junto à SESAI, veículos suficientes para atender todas as comunidades. Parceiros: Funai, SESAI, Prefeituras e Conselho(s) Distrital(s).

- Contratação de dois (2) motoristas indígenas por viatura (para não sobrecarregar), e adquirir pelo menos dois (2) veículos nas áreas maiores (aldeias).

3) PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MEDICINA TRADICIONAL

AÇÕES

- Capacitar pessoas para trabalhar com medicina indígena tradicional e partos, aprendendo com pajés, conhecedores não pajés e parteiras, que são a fonte desses conhecimentos.
- Realizar encontros, intercâmbios e assembleias entre os conhecedores(as) da medicina tradicional e pajés com as comunidades da TI, para que esses conhecimentos sejam valorizados e não se percam com o tempo.
- Procurar formas de viabilizar que pajés e rezadores trabalhem juntos com os médicos.
- Garantir apoio da comunidade para o pajé transmitir o conhecimento.
- Os agentes de saúde devem trabalhar juntos com as parteiras.

4) ABASTECIMENTO DE ÁGUA

AÇÕES

- Regularizar o abastecimento de água em todas as aldeias, através da perfuração de poços e/ou manutenção dos mesmos, bem como disponibilizar os equipamentos necessários para manutenção.
- Tratar a água. Parceiros: SESAI.
- Capacitar e contratar mais Aisan. Parcerias: prefeituras, secretaria de saúde.

5) ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO

AÇÕES

- Cobrança por parte da comunidade à SESAI em relação aos indígenas que são tratados em hospitais e postos de saúde nas cidades: verificar quais são as instruções dos médicos sobre o tratamento, as condições de alta hospitalar e a garantia de ter acompanhantes (agente de saúde ou família).

6) COLETA DE LIXO (OU TRATAMENTO)

AÇÕES

- Criar/agendar reunião com todos para promover a discussão sobre o destino do lixo. Cursos de capacitação sobre as formas de tratar ou reciclar o lixo. Definir a questão da coleta. Parcerias: comunidade, agentes de saúde, prefeitura (Secretarias) e SESAI.

7) HORTA COMUNITÁRIA

AÇÕES

- Fortalecer o desenvolvimento das hortas comunitárias, criando novas hortas com a inclusão de plantas de uso medicinal, buscando meios para remunerar os responsáveis pelas mesmas. Parcerias: comunidade.

8) CONSELHO LOCAL E DISTRITAL

AÇÕES

- Os conselheiros devem ter participação ativa nos seus conselhos.
- Que os conselheiros se reúnam sempre com a comunidade, passando os comunicados e informes.

***Possíveis parceiros sugeridos para esta Temática:** Comunidades, Funai, SESAI, FUNASA, Prefeituras.



Tema: ETNOTURISMO

O Etnoturismo já é realidade em algumas aldeias Pataxó e foi pauta de debates na construção do Plano, visto que é considerado como alternativa para a geração de renda e o trabalho remunerado. Ressaltaram que é necessário haver reestruturação da atividade hoje praticada, com a ampliação dos roteiros, envolvimento de mais pessoas e comunidades, e uma maior valorização das potencialidades culturais e naturais da região.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) CAPACITAÇÃO DO GUIA DE ETNOTURISMO

AÇÕES

- Capacitação para os indígenas em como lidar com o etnoturismo (com pessoas), curso de outros idiomas e aperfeiçoamento na história do povo Pataxó.
- Capacitação em primeiros socorros.

2) DIVULGAÇÃO SOBRE O ETNOTURISMO OFERECIDO PELAS ALDEIAS

AÇÕES

- Definir meios de comunicação para divulgação: rádio, televisão, Internet, revistas e outros.
- Parcerias com os municípios (secretarias de turismo) onde as TIs estão localizadas (como Prado, Itamaraju e Porto Seguro).

3) ROTAS TURÍSTICAS NAS TI BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS

AÇÕES

- Criar uma rota ligando todas as aldeias aos pontos estratégicos e aos já existentes.

4) ENTRADA DE NÃO INDÍGENAS NAS ALDEIAS

AÇÕES

- Criar guaritas nas principais entradas das TIs, equipadas com rádios, para controlar a entrada de não indígenas nas aldeias, bem como capacitar aqueles que irão ficar nas guaritas.
- Definir as regras de entrada e conduta do turista dentro do regimento interno da comunidade.

5) LOCAL DE VISITAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE OBJETOS QUE CONTAM E IDENTIFICAM A HISTÓRIA DO POVO PATAXÓ*

AÇÕES

- Construir mais centros culturais e outras estruturas para a visitação e apoio ao etnoturismo. Parceiros: Prefeituras, Funai e outros.

*Foi observado que existem dois centros de cultura, um na aldeia Trevo do Parque e outro na aldeia Meio da Mata.

6) ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS ADQUIRIDOS COM O ETNOTURISMO

AÇÕES

- Criação de uma associação para responder por ambas as TIs; criar um regimento interno e um conselho (já previsto na temática território).

7) TRANSPORTE DO ETNOTURISMO DENTRO DAS TIs BARRA VELHA E ÁGUAS BELAS

AÇÕES

- Criar meios de condução deste turismo dentro das TIs (bugue, barco, motor de popa, cavalo, a pé).

8) TIPO DE TURISMO A RECEBER NAS TIs

AÇÕES

- Observar cuidadosamente a seleção do tipo de turismo: negócio, passeio, pesquisa, ecológico e outros.

*Possíveis parceiros sugeridos para esta Temática: Comunidades, Prefeituras, Funai.



Tema: PESCA

A atividade comercial da Pesca é realizada pelas aldeias que estão próximas dos rios ou do mar, assim como moradores de todas as aldeias praticam a pesca para consumo familiar, por isso a sua relevância.

A poluição e o assoreamento dos rios e córregos, devido ao uso de agrotóxicos e desmatamentos das nascentes e leitos, têm trazido transformações na quantidade e qualidade dos pescados, obrigando o pescador a se adequar rapidamente à nova realidade.

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA A PESCA

AÇÕES

- Fazer um projeto para compra de 10 (dez) barcos e equipamentos de pesca e de 10 (dez) canoas de fibras a vela.
- Compras de rede de náilon, anzol, rádios de comunicação, sondas e outros materiais importantes para esse trabalho.

2) FUNÇÕES E CAPACITAÇÃO PARA OS PESCADORES

AÇÕES

- Curso de capacitação para navegação e outras técnicas pesqueiras.
- Fiscalização do mar realizada com fiscalizadores indígenas para apoiar a falta de funcionários do ICMBio na fiscalização da RESEX Marinha.
- Oficina de capacitação para gerenciar recursos advindos das vendas, tanto para lidar no âmbito das associações, quanto no âmbito das famílias.

3) LOCAL ADEQUADO PARA ARMAZENAMENTO DOS PESCADOS

AÇÕES

- Escrever projeto para comprar frigorífico para o armazenamento da produção de pesca e marisco. Parceiros: governo do estado, projeto cCarteira iIndígena, Ministério da Pesca e Aquicultura, CAR – Companhia de Ação Regional.

4) MERCADO PARA A VENDA DO PESCADO DENTRO E FORA DAS TIs

AÇÕES

- Buscar comunicação para a venda do pescado; contatos com restaurantes e supermercados da região.

5) INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS (COLÔNIA, SEGURO DEFESO E CARTEIRA DE HABILITAÇÃO MARINHA E OUTROS) DOS PESCADORES E DOS MARISQUEIROS

AÇÕES

- Informar e integrar os pescadores aos seus direitos como a autorização para pescar, principalmente no mar.
- Garantir o seguro defeso.
- Informar sobre a RESEX Marinha.
- Informar sobre as funções e os direitos dos pescadores e marisqueiros.
- Informar sobre quais os direitos e deveres dos pescadores na área da RESEX Marinha.

6) TRANSPORTE PARA O PESCADO

AÇÕES

- Compra de um veículo adequado para o transporte do pescado para outros lugares.

7) DESEMBARQUE DO PESCADO E DOS TURISTAS

AÇÕES

- Fazer projeto para a construção de um píer para desembarque na praia de Barra Velha.

***Possíveis parceiros sugeridos para esta Temática:** governo do estado, projeto Carteira Indígena, Ministério da Pesca e Aquicultura, CAR – Companhia de Ação Regional, ICMBio.



Tema: DIREITOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Destaque também foi dado para a questão do acesso e conhecimento dos Direitos e Benefícios Sociais garantidos por lei aos povos indígenas, e outros específicos à região, tendo como norte alguns questionamentos: Quais seriam os direitos e os benefícios? Onde adquirir informações corretas e como alcançá-las? Como sanar as dificuldades para se ter os direitos garantidos?

PROBLEMÁTICAS E AÇÕES

1) DOCUMENTAÇÃO (CERTIDÃO DE NASCIMENTO, CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG), CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF), CARTEIRA DE TRABALHO, TÍTULO DE ELEITOR)

AÇÕES

- Estabelecer acordo entre a comunidade e cartórios para trazer o tabelião à comunidade.
- Registro de nascimento indígena na Funai, registrar em livro próprio.
- Garantir o direito de registrar a criança com nome indígena.
- Reivindicar da Funai a emissão da carteira de identidade indígena.

2) FAZER VALER AS LEIS CONSTITUCIONAIS E INDÍGENAS

AÇÕES

- Organizar a política interna das comunidades (cobranças às esferas governamentais). Possíveis parceiros: Funai, comunidade, ANAI, CIMI, APOINME, Associações comunitárias, Ministério Público, CESE, FASE.
- Maior divulgação sobre os direitos indígenas e sociais.

3) DIREITO À APOSENTADORIA

AÇÕES

- Encaminhar documentos, conscientizar o cidadão e montar uma equipe de apoio. Possíveis parceiros: Funai e lideranças indígenas.

4) SEGURANÇA PÚBLICA

AÇÕES

- Criar um regimento de segurança indígena (capacitação profissional). Possíveis parceiros: comunidade, Funai, polícias federal, civil e militar, conselho Tutelar e o Balcão de Justiça.
- Projetos de conscientização e educativos culturais voltados para os jovens.
- Comunidade não pode ter poder de polícia.
- Criar equipes capacitadas para lidar com a questão da segurança, como tem o grupo de brigadistas.

5) TRABALHO E FISCALIZAÇÃO

AÇÕES

- Concursos públicos específicos para indígenas na Funai, SESAI e outros órgãos que trabalham com as temáticas indígenas.
- Maior fiscalização da comunidade com relação às construções feitas na aldeia, conferindo-as com os projetos e contratos aprovados nas licitações.
- Obter maior controle dos contratos que os profissionais indígenas estabelecem com órgãos que os contratam para trabalharem nas aldeias. Por isso, os órgãos devem repassar aos indígenas o contrato com as funções e os deveres deste profissional, para que a comunidade possa cobrar dele as suas obrigações.
- Cobrar da Funai o acompanhamento e a fiscalização das obras realizadas nas aldeias.

6) AUXÍLIO DOENÇA E AUXÍLIO MATERNIDADE E PATERNIDADE

AÇÕES

- Procurar cadastramento nos auxílios previstos na previdência social. Possíveis parceiros: Funai e FUNASA.

- Auxílio invalidez ou aposentadoria para crianças ou jovens deficientes; ter um apoio, uma assessoria jurídica nesse sentido.
- Maior apoio da Funai nos processos de aposentaria de pessoas com doenças nas aldeias, pois os médicos estão dificultando. Entrar na justiça para os casos em que não forem atendidos.

7) PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

AÇÕES

- Cadastrar a comunidade nos programas. Possíveis parceiros: assistência social, prefeituras, escola indígena, Banco do Nordeste.
- Acessar e divulgar os programas existentes (bolsa família, combate à dengue, conscientização dos programas de saúde e outros). Cobrar dos órgãos competentes a aplicação e o acesso aos programas..

8) CARTÃO SUS

AÇÕES

- Trazer equipe à comunidade para realizar cadastro. Possíveis parceiros: Funai, SESAI, Secretarias municipais de Saúde.

9) PROGRAMA “LUZ PARA TODOS” NAS COMUNIDADES AINDA NÃO ATENDIDAS PELO PROGRAMA

AÇÕES

- Reivindicar a implantação do programa “Luz para Todos” nas comunidades. Parceiros: municípios, estado, MME.

10) DIREITOS AUTORAIS E DE IMAGEM

AÇÕES

- Conhecer as leis relativas aos direitos autorais e de imagem.
- Reivindicar da Funai e do Ministério Público a fiscalização sobre o uso indevido da imagem e dos direitos autorais.

***Possíveis parceiros sugeridos para esta Temática:** Funai, Comunidades, ANAI, CIMI, APOINME, Associações comunitárias, Ministério Público, CESE, FASE, Governo

Dicionário Patxôhã para Gestão Ambiental e Territorial

PORTUGUÊS - PATXÔHÃ

Estadual e Federal, Secretarias
Municipais de Saúde, SESAI, MME,
Prefeituras.

água – miâga
aipim – uhuy
aldeia – pataxi
ancião – tupavê
coco - bokwâdxê
colar – masaká
colheita – ûgká
comer – xâkây
comida – mângute
cuidar – korihe
cultura – pakhê
deus – niamisũ
deus da água – txôpai
educação – arupâb
encanto - ûteká
enxada - ã
época – tohōhê
ervas – meãdxu
estrela – magô/tamikuã
farinha – kuyuna
feijão – kumãdá
floresta – tokoutka
fogo – txahab
fome – ãxoap
fruta – nawã
gamela – txuhu
horta/viveiro – hoyxek
inhame – epóy
inseto – txuk’ay
jaca – kartê
lagoa sagrada – mirapé

lago- erepé
lua – âgohó
lua cheia - âgohó txibá
lua crescente - âgohó âkirê
lua minguante - âgohó mahũ
lua nova - âgohó ihé
macaco - ponichô
madeira – pajarú
mãe d’água – iamani
mãe da mata – katûhayá
mãe do corpo – e’nká
mandioca – mukunã
mandioca braba – kohô
manga – hágurê
maré – ramahu
marisco – âburê
mata grossa – maturêbá
mata – îbá
matagal – mimã ti
mel – eopáy
milho – patxiô
muitas frutas – nitinawã
nascente – nakupa
germinar – sonarú
nativo – kuhusi
natureza – tanara
onça – hemîgây
paca- mukará
palha – ab jayá
peixe – muku suy
peixe do rio – mahâm
pimenta – peter nã
planeta terra – hiáb
planta – pokâyá

plantação de abacaxi – baktxê
 porco do mato – xaôm
 praia – atxibá
 preservar – uãrehá
 proteção – niamitãg
 puba – mukunarú
 rede de pescar – kesabá
 alimento/refeição – ipa'mtxôy
 ritual sagrado – awê heruê
 roça – atxa'á
 semente – mikâhá
 sol – hayô
 sonho – pahú
 taquara – ekay
 tartaruga do mar – kukaitebá
 tartaruga do rio – ihiti
 tatu – uhâi
 tempo – piátá
 terra – hãhãw
 território – ahã
 trabalho – akuêg
 urucum – kanurú
 veado – mănây
 veado mateiro – kawsika

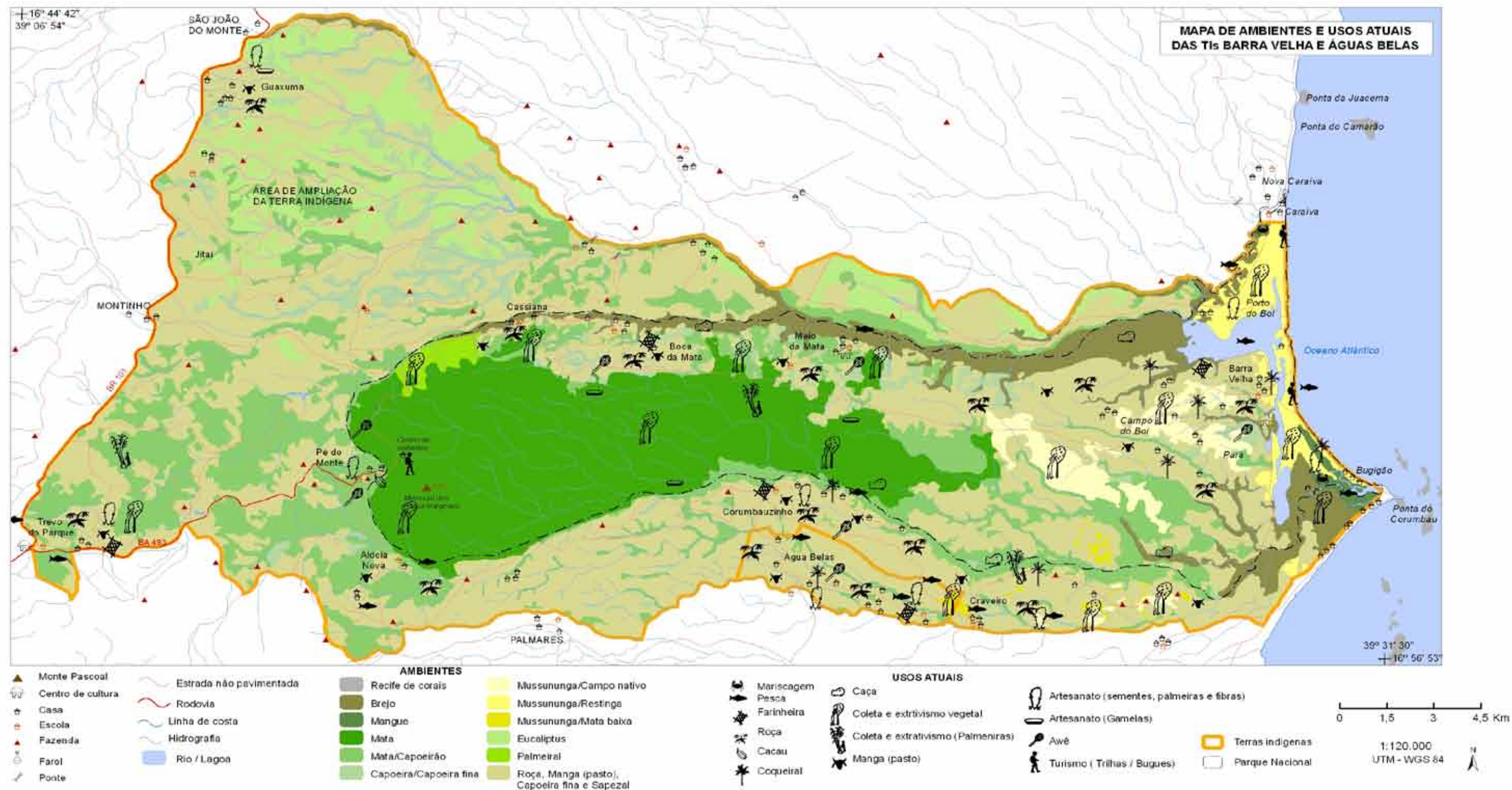


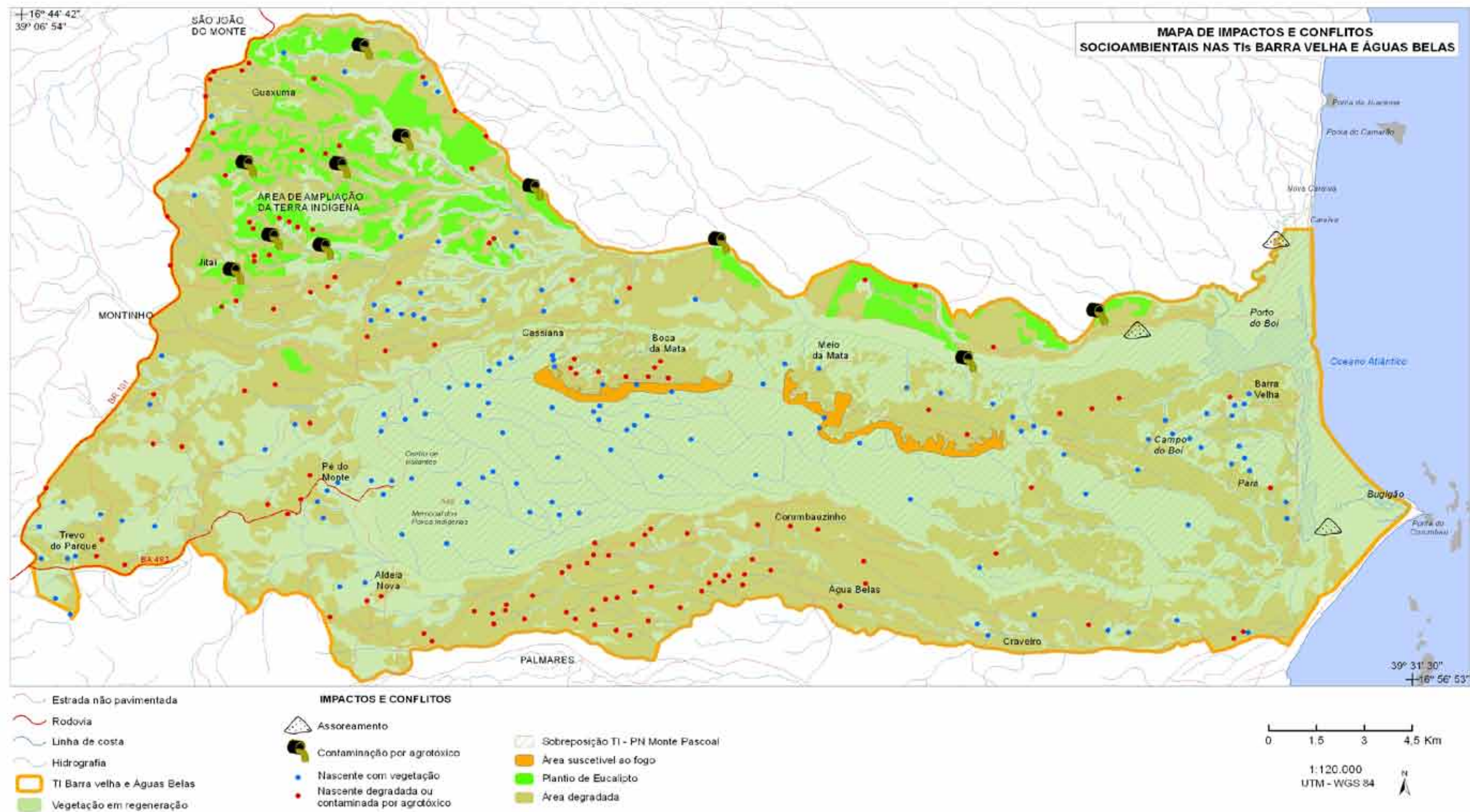
MESES DO ANO

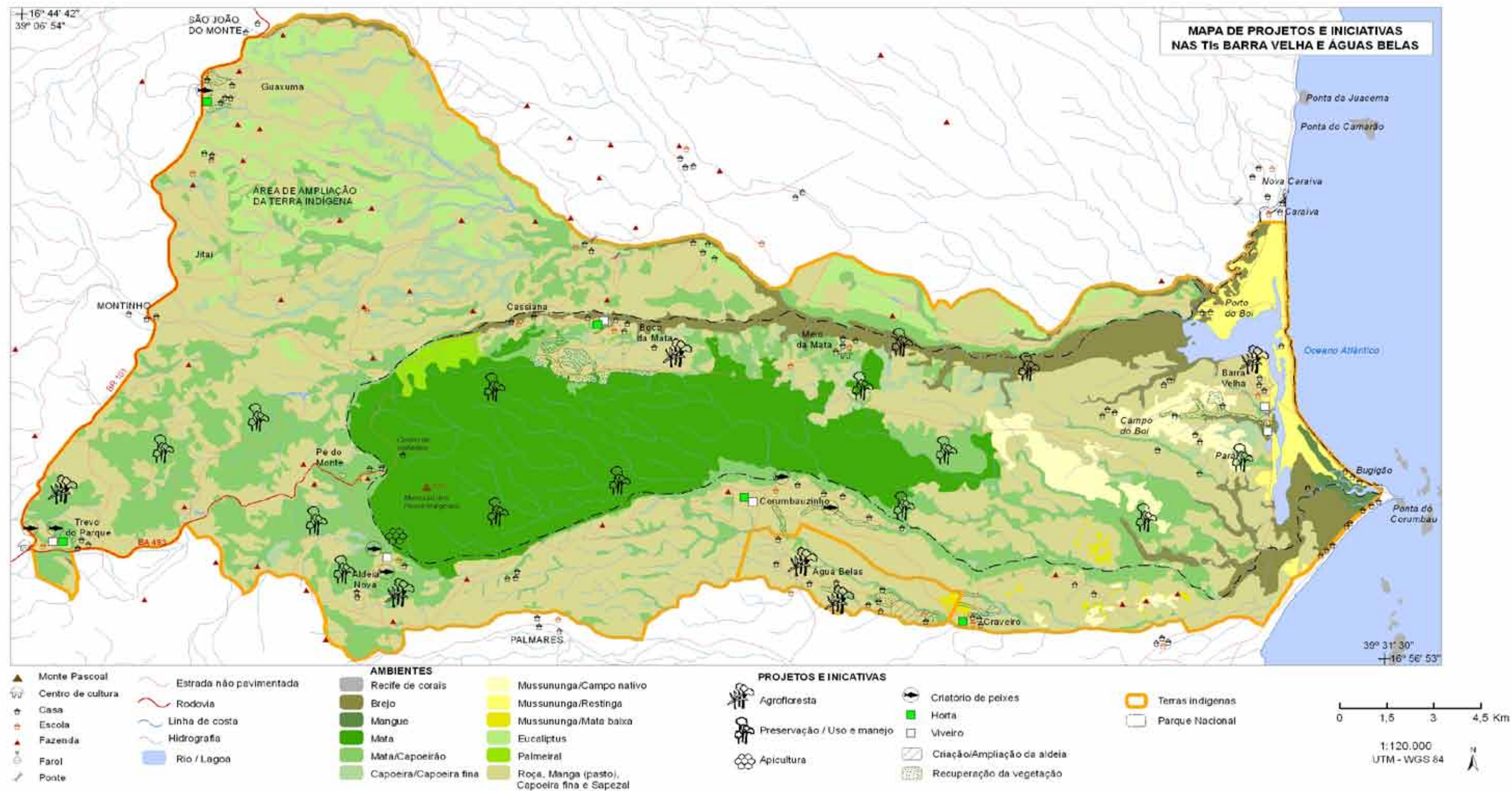
ariomã (janeiro)
 erimiopã (fevereiro)
 urapiná (março)
 iriawá (abril)
 txawapê (maio)
 aktxawã (junho)
 aridxawá (julho)
 anienã (agosto)
 kraymakã (setembro)
 dxarepotxê (outubro)
 kritawé (novembro)
 meramiã (dezembro)

Mapas das Terras Indígenas
BARRA VELHA e ÁGUAS BELAS









ISBN 978-85-7546-035-1

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Ministério da
Justiça

